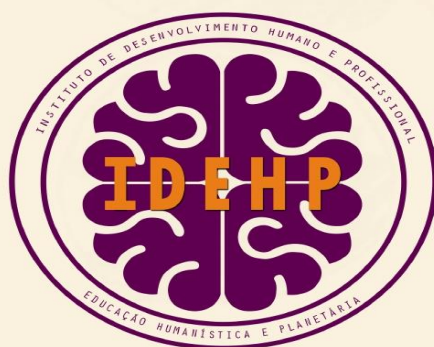




III SIMPÓSIO DE PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Educação Inclusiva: Por um
Caminho Humanístico e
Planetário

Anais



**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POR UM CAMINHO
HUMANÍSTICO E PLANETÁRIO**

**ANAIS DO III SIMPÓSIO DE PROCESSOS DE ENSINO
E APRENDIZAGEM**

Rio de Janeiro

2023

Os autores da presente obra são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos, dados e discussões contidas neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as do IDEHP – Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional, nem comprometem a organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte do IDEHP a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Conselho Científico do Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional:

Ana Estela Brandão Duarte (PMG/PE)
Claudineide Ana de Lima (SEE/PE)
Eliane Alves de Souza (UFRJ)
Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes (IDEHP)
Karen Santos D'Oliveira (PMM/RJ)
Lybia Santos de Oliveira (UERJ)
Luciene Suzarte Santos (PMC/SP)
Maria José Silva Almeida Trindade (PMC/SP)
Monique Siqueira de Andrade (FEUC)
Patricia Vesz (UNIASSELVI / SMECDLT)
Thamyres Gonçalves Gomes (SME/RJ)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Simpósio de Processo de Ensino e Aprendizagem
(3. : 2023 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais III Simpósio de Processos de Ensino e
Aprendizagem [livro eletrônico] : educação
inclusiva : por um caminho humanístico e planetário /
organização Ana Estela Brandão Duarte...[et al.]. --
1. ed. -- Rio de Janeiro : IDEHP, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-999597-3-8

1. Aprendizagem - Metodologia 2. Educação
humanística 3. Educação inclusiva 4. Ensino -
Finalidades e objetivos I. Duarte, Ana Estela
Brandão. II. Título.

23-159241

CDD-370.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Congressos 370.6

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

IDEHP – Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional

2023

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POR UM CAMINHO HUMANÍSTICO E PLANETÁRIO

ANAIS DO III SIMPÓSIO DE PROCESSOS DE ENSINO
E APRENDIZAGEM

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Estela Brandão Duarte
Jorge Adrihan N. Moraes
Lybia Santos de Oliveira
Patricia Vesz



IDEHP – Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional

2023

SUMÁRIO

SOBRE O IDEHP E O SIMPÓSIO.....	15
QUALIDADE X FINANCIAMENTO: UMA ANÁLISE DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE MARICÁ.....	16
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E CIBERCULTURA	17
CONSTRUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	18
O DRAMA VIVENCIADO POR UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA MOTORA EM SUAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	19
DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	20
PROJETO ARTE EM CASA: DESENVOLVENDO A LEITURA E DESENHO NO CONTEXTO FAMILIAR.....	21
DESENHANDO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE ESTÁGIO PRÁTICO NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN INSTRUCIONAL	22
O GÊNERO MEME NO INSTAGRAM: MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO	23
O GÊNERO DIGITAL <i>FANFIC</i>: PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS.	24
ALÉM DO CURRÍCULO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO EM CASO DE PERTURBAÇÃO DO ESPECTRO DO AUTISMO	25
RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO LÓGICO MATEMÁTICO ATRAVÉS DE BRINCADEIRAS E ATIVIDADES LÚDICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	26
O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA BRASILEIROS COM T21: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO NÚCLEO SABER DOWN	27
OS DESAFIOS DA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO E INCLUSÃO.....	28
PROPOSTA DE JOGO MATEMÁTICO INCLUSIVO NA PERSPECTIVA DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM	29
O FAZER PEDAGÓGICO INCLUSIVO: COMO E POR QUÊ?	30
A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM MALHADA/BA: NECESSIDADES E PERSPECTIVAS	31

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR ESTUDANTES DE COMUNIDADES PRÁTICAS MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE ARTEFATOS TECNOLÓGICOS	32
INTERNET E INCLUSÃO	33
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	34
TEORIA ESPIRAL E PRÁTICA DA FLAUTA DOCE NO CONTEXTO ESCOLAR	35
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI: ENTRE O INSTITUÍDO E O PRATICADO	36
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A MÚSICA: ASPECTOS SOCIOEMOCIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO DE MÚSICA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	37
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PLANEJAMENTO E PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	38
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A ESCOLA COMO CAMPO DE POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA	39
ANÁLISE PRELIMINAR DOS INDICADORES E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA – RJ	40
VAMOS FALAR SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRESSUPOSTOS LEGAIS, PRÁTICAS E DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	41
CANTO CORAL NAS AULAS DE ARTES NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA	42
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O PENSAR A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO ESCOLAR	43
O PROCESSO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA OS ALUNOS COM SURDEZ	44
RACISMO ESTRUTURAL NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS: A CONSTANTE LUTA PARA APLICAÇÃO DA LEI 10639/03 QUE PERDURA ATÉ A CONTEMPORANEIDADE.	45
DISLEXIA E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS INTERVENTIVAS SOB A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DISLÉXICOS	46
O CONTEXTO E SUA RELEVÂNCIA PARA AS INTERAÇÕES ENTRE DISLÉXICOS E NÃO-DISLÉXICOS DENTRO DA SALA DE AULA	47
MINHA VOZ TEM VEZ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE INCLUIR ATRAVÉS DAS ASSEMBLEIAS ESCOLARES.	48

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ENGAJAMENTO RURAL NA EDUCAÇÃO NO BRASIL	49
O GÊNERO DISCURSIVO ARTIGO DE OPINIÃO: PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS.	50
A UTILIZAÇÃO DO APARELHO CELULAR COMO FERRAMENTA DE ENSINO – PRODUÇÃO DE TEXTOS “TREMA”	51
REPENSANDO A ESCOLA NO PÓS PANDEMIA: UM DEBATE SOBRE POSSIBILIDADES DIDÁTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO NORMAL.....	52
AS LÍNGUAS DE SINAIS INDÍGENAS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO.....	53
OFICINA DE MÚSICA E MEIO AMBIENTE COM INSTRUMENTOS SUSTENTÁVEIS E RECURSOS TECNOLÓGICOS NO SESC DE MARABÁ EM PARCERIA COM CRAS DO BAIRRO AMAPÁ, NO ESTADO DO PARÁ, BRASIL	54
EXPERIÊNCIA DOCENTE NA FORMAÇÃO INICIAL EM QUÍMICA: SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS EM FOCO.....	55
A CRIAÇÃO DO PORTFÓLIO NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE QUÍMICA.....	56
O PAPEL DA PSICOLINGUÍSTICA NA ELABORAÇÃO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TEXTOS EM PORTUGUÊS PRODUZIDOS POR ALUNOS SURDOS.....	57
RELATO SOBRE A RELEVÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UM AMBIENTE ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS	58
A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CAXIAS-MA: SIGNIFICAÇÕES DE PROFESSORES.....	59
MENTORIA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BUSCANDO NAS PESQUISAS PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA.....	60
A PRÁTICA DO ENRIQUECIMENTO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE CURRICULAR ELETIVA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL.	61
OI, EU SOU A DORINHA: EVIDÊNCIAS DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA QUE A INCLUSÃO SEJA EFETIVA DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	62

BULLYING: UMA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA EM UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO.....	63
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUALIZAÇÃO DOCENTE EM FERRAMENTAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.	64

SOBRE O IDEHP E O SIMPÓSIO

O Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional (IDEHP) é uma instituição reconhecida na rede acadêmica pelo desenvolvimento de pesquisa e reflexões interdisciplinares em educação. Neste sentido, desenvolve várias ações presenciais e virtuais.

Sendo assim, no dia 29 de abril de 2023, de forma 100% virtual, realizou o **III Simpósio de Processos de Ensino e Aprendizagem**, com a seguinte temática: **Educação Inclusiva: por um Caminho Humanístico e Planetário**. Ele teve sua origem e iniciativa a partir das recentes publicações e diálogos realizados pelo IDEHP - Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional.

Buscamos, neste evento, reunir professores, pesquisadores e estudantes de todo país no intuito de, nesse encontro virtual, realizar uma troca profícua de pesquisas, estudos e experiências pedagógicas, no campo do ensino e da aprendizagem. A sociedade imersa nos campos digitais e nos desafios econômicos, sociais e culturais, demanda novos olhares para as relações dentro da escola, bem como sua posição, objetivos e sentidos na atual conjuntura sociopolítica.

Logo, no presente e-book, constam todos os resumos aprovados pelo Conselho Científico para integrar o evento, esse em que refletimos e discutimos as características peculiares da sociedade, do lugar social da escola e da educação diante desses novos paradigmas da educação inclusiva.

*Ana Estela Brandão Duarte
Jorge Adrihan N. Moraes
Lybia Santos de Oliveira
Patricia Vesz*

(Organizadores)

QUALIDADE X FINANCIAMENTO: UMA ANÁLISE DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE MARICÁ

Verônica Couto Machado Bello Macêdo
Fábio de Barros Pereira

A educação brasileira enfrenta inúmeros problemas que vão da desvalorização dos professores e má remuneração, altos índices de evasão e repetência, salas superlotadas, ausência dos pais na trajetória escolar dos filhos, falta de material escolar e infraestrutura adequada, que se tornaram objeto de estudo visando a melhoria da qualidade da educação. A qualidade da educação é influenciada por fatores externos ao contexto escolar, como as questões políticas, econômicas, sociais e culturais, às didáticas e pedagógicas. Pensando nisso, o propósito deste trabalho é trazer um recorte da discussão concretizada durante uma pesquisa de natureza qualitativa, no mestrado, baseada na análise da aplicação dos recursos do Fundeb no ensino fundamental em relação à qualidade da educação em Maricá/RJ. Desse modo, como fundamentação teórica usamos autores que foram referência para esse estudo, como: Pinto (2000), Davies (2006), Militão (2012), Souza (2021), Libâneo (2001) e Gadotti (2005). Ao longo da trajetória desta investigação foi possível perceber o caminho percorrido pelo financiamento da educação e os variados conceitos de qualidade da educação e as modificações que perpassaram o tempo e o espaço que está associada às condições da sociedade em um acurado momento histórico, cultural e social. Assim, é possível perceber as condições, extensões essenciais do que é abarcado do que seja qualidade da educação sobre a visão dos países membros dos organismos multilaterais, como a UNESCO e o Banco Mundial, e dos diversos autores que compõem essa investigação. Dessa forma, os dados correlacionaram-se as práticas de gestão de financiamento e seus resultados na qualidade da educação municipal, indicando a garantia de direitos civis, políticos e sociais. Assim, a qualidade da educação foi discutida a partir da aplicação dos recursos do Fundeb, pois negamos a possibilidade de definição de qualidade sem a observação do financiamento da educação e da sua aplicação de maneira correta e eficaz. Em relação à qualidade da educação aos avanços e limites dos mecanismos de financiamento destinados ao EF foi observado que, no que se refere aos avanços, as análises realizadas ocorreram através do aumento da remuneração dos profissionais da educação. Há um entendimento de que a qualidade da educação no ensino fundamental, é entendida a partir da realização de testes padronizados em larga escala mensurando a capacidade cognitiva dos alunos por meio de provas ou exames, desconsiderando o trabalho do professor na sala de aula, tendo em vista que a qualidade da educação deve ser considerada em suas ações didático pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem. Ao final, os desdobramentos da pesquisa evidenciaram que a qualidade da educação se relaciona diretamente com a aplicação dos recursos de maneira adequada. A qualidade da educação deve ser vista pelas múltiplas dimensões que envolvem o processo ensino-aprendizagem dos educandos. Portanto, o investimento inadequado dos recursos do Fundeb interfere na qualidade da educação, desvaloriza os profissionais da educação e aumenta as desigualdades socioeconômicas e culturais.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E CIBERCULTURA

Tiago Eurico de Lacerda

Apresentar uma reflexão sobre a formação continuada de professores a partir da cibercultura. Enquanto alguns alunos e inclusive alguns professores são natos digitais, outros entraram, por meio da pandemia, pela primeira vez nesse mundo. A novidade e a quantidade de informações sobre um mundo novo (cibercultura), causou um abismo tanto na forma pedagógica do aprendizado, quanto na relação aluno x professor. Nosso objetivo é apresentar o emergente paradigma da cibercultura como possibilidade de construção de uma ponte para uma educação contextualizada e digital. É preciso complementariedade das práticas docentes mais tradicionais com as novas metodologias, o que justifica inclusive o movimento da ideia de complexidade dentro da educação. Esta pesquisa se baseou numa revisão bibliográfica sobre a formação continuada de professores e cibercultura. Foram utilizados livros e artigos científicos de autoridades no assunto, como citarei no referencial teórico. Tal busca se deu dentro do processo de estudos do pós-doutorado em educação com recorte em formação continuada de professores. As leituras que foram feitas é de alguém que teve como formação inicial a filosofia e somente após o doutorado encontrou o mundo da educação, o que foi um casamento de áreas perfeito para uma reflexão do papel do professor na atualidade. Para tal empreendimento foram utilizadas, como referencial teórico, as ideias de Edgar Morin, Paulo Freire, Pierre Lévy, Nietzsche, Hans Jonas dentre outros para ajudar-nos a pensar a partir da pluralidade e diversidade uma educação de cunho humanizada que trabalhe com empatia e solidariedade dentro do mundo digital. Foi possível perceber que vivemos em um mundo interconectado, no qual o ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O ciberespaço não se refere apenas à infraestrutura material da comunicação digital, mas também ao universo de informações que ele abriga, assim como as pessoas que navegam e alimentam esse universo. Com o crescimento da sociedade em rede, nós professores também precisamos aprender a nos comunicar melhor, não necessariamente usando o meio mais sofisticado ou mais caro, mas sim, o meio mais claro e acessível a todos através de uma boa utilização da linguagem. A utilização de plataformas e tecnologias digitais, por mais que tenha sido um grande desafio para muitos, foi também o instrumento capaz de colaborar com a clareza da nossa comunicação e nos possibilitou com isso retribalizar a sociedade contemporânea com novas possibilidades didáticas e pedagógicas que trazem consigo novos desafios, tanto éticos, quanto econômicos e políticos.

CONSTRUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Suélen Marçal Silveira
Cristiano Corrêa Ferreira
Claudete Da Silva Lima Martins

A formação continuada dos professores e a produção de recursos didáticos acessíveis tem extrema relevância nos dias atuais para a prática docente na escola inclusiva, tornando-se uma discussão necessária para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. A proposta de educação inclusiva, passou a ter atenção mais cuidadosa, por parte das instituições de ensino, bem como pelos governos na elaboração de políticas públicas educacionais voltadas para a melhoria das práticas educacionais oferecidas as pessoas com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015). Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo investigar como o desenvolvimento de recursos didáticos que podem colaborar com a prática pedagógica inclusiva de professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco nos estudantes sem e com deficiência e, em especial, os com transtorno espectro autista (TEA). O processo de inclusão tem sido tema de discussões nas diversas áreas do conhecimento, em decorrência do número crescente de diagnósticos em crianças pré-escolares. No que tange a área da educação, existe uma crescente preocupação com a aprendizagem significativa desses estudantes (TEA), bem como a transformação do ambiente para torná-lo acessível, apropriado, organizado e inovador. É preciso destacar que para desenvolvermos materiais e recursos tecnológicos voltados ao público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008) é necessário também promover práticas pedagógicas que sejam inclusivas. Nesse sentido, De Souza Prais (2020) destaca que o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) tem sido utilizado como uma proposta que põe em evidência os princípios que orientam o planejamento de ensino visando satisfazer as necessidades de aprendizagem dos alunos. Desse modo, ao pensarmos numa investigação acerca da prática pedagógica visando o desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis que atendam a todos os estudantes, estamos pensando numa escola para todos e todas. Nesta investigação tratar-se-á de questões relativas à área educacional, estando esta situada no contexto das relações humanas, como caracteriza Gatti (2012, p. 12) ao enfatizar que “[...] pesquisar em educação significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmos, em seu próprio processo de vida”, sendo assim, pretende-se desenvolver uma abordagem qualitativa. A investigação acerca da produção de recursos pedagógicos acessíveis, será realizada por meio de pesquisa-ação, que ocorrerá com abordagem qualitativa, tendo por professores que tenham estudantes sem e com deficiência em uma escola da rede privada de Educação Básica de Bagé-RS-BR, durante o ano de 2023. Nesta pesquisa, serão realizados encontros formativos com os sujeitos de pesquisa, onde serão aplicados questionários com perguntas estruturadas a respeito do processo de produção de recursos didáticos e na sequência será proposta uma ação formativa para estudo a respeito do DUA e sua aplicabilidade na prática pedagógica. Espera-se, com esta pesquisa, aprofundar as discussões teórico-práticas a respeito do processo de construção de recursos didáticos acessíveis, produzindo conhecimentos e promovendo maior integração entre a escola e a universidade, bem como contribuir para a discussão crítica sobre as formas de como melhorar a qualidade aprendizagem escolar de todos os estudantes com apoio de recursos didáticos acessíveis.

O DRAMA VIVENCIADO POR UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA MOTORA EM SUAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Rodrigo Barbuio

Este estudo investiga o ensino de um aluno com deficiência motora, considerando-se o contexto da Educação Inclusiva, com foco nas aulas de Educação Física. Tem como objetivo compreender e identificar os sentidos que um aluno com deficiência motora atribui às aulas de Educação Física. A pesquisa fundamenta-se no método histórico-dialético e apoia-se nos estudos biográficos ao trazer a narrativa para a produção do trabalho empírico. A construção dos dados foi realizada em uma escola pública municipal de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo. Os resultados encontrados apontam para algumas reflexões. Qual o motivo do aluno ser mandado para um jardim durante o período de aula ao invés de estar na quadra com os demais. Qual o pensamento de sua professora sobre ele, estaria ela imaginando que o estudante não é capaz de realizar as atividades da aula. Frente ao exposto, o estudo direciona para a necessidade de uma mudança educacional, que contemple um ensino real e efetivo para os estudantes com deficiência.

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Karen Santos D'Oliveira

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares tem sido um tema cada vez mais discutido e estudado na área da educação. Essa prática busca promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, permitindo que esses alunos participem ativamente da vida escolar e desenvolvam suas habilidades e potencialidades. No entanto, a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares apresenta desafios importantes que exigem a adoção de estratégias específicas para garantir a adaptação do ambiente, a inclusão social e a aprendizagem desses alunos. Este trabalho tem como objetivo analisar por meio de uma revisão bibliográfica os desafios da inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares, com o intuito de identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos educadores, as estratégias utilizadas para superar esses desafios e os benefícios da inclusão para os alunos com TEA. A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão bibliográfica de artigos científicos, livros e documentos oficiais que abordem o tema da inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares. A busca foi realizada em bases de dados eletrônicas como Scielo e Google Acadêmico, utilizando-se palavras-chave relacionadas ao tema. Foram utilizados autores como Oliveira e Santos (2021); Cunha (2020) e Ponce e Abrão (2019) como arcabouço teórico. Os resultados da revisão bibliográfica indicaram que a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares é um processo complexo que envolve diversos desafios. Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos educadores, destacam-se a falta de formação adequada para lidar com alunos com TEA, a necessidade de adaptação do ambiente e da metodologia de ensino, e a falta de recursos materiais e humanos para atender às necessidades desses alunos. Para superar esses desafios, os educadores têm utilizado estratégias como a formação continuada, o trabalho em equipe, a adaptação de materiais didáticos e a criação de atividades que estimulem a participação e interação dos alunos com TEA. Além disso, a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares tem trazido benefícios como o desenvolvimento de habilidades sociais, a melhora na autoestima e a ampliação das possibilidades de aprendizagem. A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar os principais desafios da inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares, as estratégias utilizadas para superar esses desafios e os benefícios da inclusão para os alunos com TEA. Os resultados indicam a importância de investir em formação e capacitação dos educadores, na adaptação do ambiente e da metodologia de ensino, e na disponibilização de recursos materiais e humanos para atender às necessidades desses alunos.

PROJETO ARTE EM CASA: DESENVOLVENDO A LEITURA E DESENHO NO CONTEXTO FAMILIAR

Juliane Barbosa de Sousa Leal

O presente trabalho, aborda um projeto em andamento, desenvolvido em uma escola pública do município de Parauapebas – PA, que tem como objetivo desenvolver a prática da leitura e o fazer artístico por meio do desenho, de alunos do 6º e 7º ano, em conjunto com os seus pais ou responsáveis, no ambiente de suas casas. O projeto foi idealizado a fim de se combater os efeitos negativos causados pela pandemia na área da educação, que afetaram principalmente os processos de aprendizagem, onde foram identificados um alto índice de alunos com dificuldades na leitura, escrita, interpretação, assim como, alunos com estresse, ansiedade. Desta forma, pensou-se em desenvolver um projeto que pudesse ir além do espaço escolar, incluindo as famílias, reforçando a importância da parceria e participação familiar nas ações escolares. Para o aluno, tanto a família como a escola, são as principais referências e bases para sua formação, e desta forma, ambos – família e escola-, precisam trabalhar em conjunto, e se apoiarem mutuamente. Partindo desse ponto, surgiu o projeto Arte em Casa, onde propomos trabalhar com a literatura e o desenho. Segundo Araújo (2020), a literatura ou arte literária pode ser considerada a partir da leitura e análise de textos verbais, orais ou escritos. Os textos podem provocar diferentes efeitos e sentidos nos leitores, como: alegria, tristeza, emoção, nos permitindo sair do mundo real e ingressar no mundo da fantasia. Já por meio do desenho, o aluno transfere para o papel imagens frutos da sua imaginação e criatividade. Ele organiza os elementos de sua imaginação por meio de imagens registradas em forma de desenho. O projeto Arte em casa, está em andamento, e vem sendo desenvolvido da seguinte forma: semanalmente, um aluno de cada turma leva para casa uma maleta confeccionada especificamente para o projeto, contendo livros, folhas para desenho, lápis de cor e giz de cera. O objetivo é que o aluno escolha um ou mais livros para realizar a leitura em sua casa, junto com seus pais ou responsáveis. A ideia é que a leitura ocorra de forma conjunta, entretanto, caso não seja possível, o aluno pode entregar o livro para o pai realizar a leitura de forma individual. O importante é que todos realizem a leitura e assim que for concluída, eles possam debater sobre o que entenderam da leitura e em seguida, tanto o pai como o aluno, devem criar um desenho que representem a história lida. Por fim, ambos devem preencher uma pequena ficha com alguns questionamentos referentes a leitura. O projeto vem dando resultados satisfatórios, além de estar sendo bem aceito pela comunidade escola. A culminância do projeto, ocorrerá no final do ano, em forma de uma exposição dos desenhos desenvolvidos por pais e alunos, assim como, um sarau literário e uma roda de conversa, com o depoimento dos participantes sobre a importância desse projeto.

DESENHANDO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE ESTÁGIO PRÁTICO NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN INSTRUCIONAL

Paulo Ricardo da Silva Pereira
Carolina Savioli Martins
Gabriela dos Anjos Torezan

O trabalho busca mostrar a importância do programa de estágio prático no curso de pós-graduação em Design Instrucional, destacando a relevância do Design Instrucional para a produção de cursos inclusivos. Para tanto, buscamos investigar a produção do desenvolvimento de um projeto que propõe contribuir com a formação do Designer Instrucional para que tenha subsídios para desenhar soluções educacionais inclusivas. Utilizamos do modelo ADDIE (Análise, Desenho, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação) como metodologia de desenho de solução. Além disso, para esse desenvolvimento, foram utilizadas técnicas de gestão de projetos e recursos de aprendizagem para desenhar uma formação com propostas inclusivas. O referencial teórico utilizado para este artigo incluiu estudos sobre o modelo ADDIE pelas obras de Filatro (2019) e Kenski (2019); gestão de projetos, por Cavalieri (2007) e Provinciatto e Caroli (2020); recursos de aprendizagem e inclusão educacional, por Ribeiro e Amato (2018). Como resultado, o programa de estágio prático permitiu aos estudantes aplicar as técnicas aprendidas durante o curso de pós-graduação em Design Instrucional. Os discentes foram capazes de desenvolver um curso de Design Instrucional inclusivo, levando em conta as necessidades dos alunos com diferentes habilidades e necessidades. Além disso, o programa de estágio permitiu aos estudantes desenvolver habilidades práticas em gestão de projetos e uso de recursos de aprendizagem, o que é essencial para a produção de cursos inclusivos. Identificamos assim, que tal programa é fundamental para o curso de pós-graduação na referida área de conhecimento, pois permite aos estudantes aplicar teorias e técnicas aprendidas em um ambiente real. A produção de um curso de Design Instrucional inclusivo como resultado do programa de estágio, mostra a importância da inclusão educacional e a importância de se considerar as necessidades dos alunos com diferentes habilidades e necessidades.

O GÊNERO MEME NO INSTAGRAM: MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

Pamela Tais Clein Capelin

Neste estudo, objetiva-se refletir sobre o gênero meme no Instagram, em específico, a partir de textos-enunciados produzidos pela Prefeitura Municipal de Cascavel/PR. A pergunta de pesquisa questiona em que medida os memes no Instagram como mídias sociais, produzidos pela Prefeitura delimitada para o estudo, atuam como ferramenta de comunicação na contemporaneidade. Justifica-se, o estudo, uma vez que é pertinente refletir sobre as mídias digitais, visto que são ferramentas que favorecem as práticas comunicativas e a interação social. Teórico-metodologicamente a investigação é fundamentada nos Estudos Dialógicos da Linguagem - ADD (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009; BAKHTIN, 2016) e nos pressupostos dos Multiletramentos (GNL, 1996; ROJO, 2009, 2013, 2017; ROJO e MOURA, 2012; ROJO e BARBOSA, 2015). Como resultados, destaca-se que os textos que permeiam a esfera digital, em específico, os meme no Instagram da Prefeitura Municipal de Cascavel/PR, são multimodais e atuam como ferramentas de comunicação, de modo que aproximam os sujeitos de Cascavel/PR das ações desenvolvidas pela Prefeitura da cidade de forma dinâmica e atrativa.

O GÊNERO DIGITAL *FANFIC*: PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS.

Márcia Adriana Dias Kramer (UFFS)

Pamela Tais Clein Capelin (UEM)

Neste estudo, tenciona-se refletir acerca de uma proposta didático-pedagógica a partir do gênero discursivo e digital *fanfic*, desenvolvida na formação de professores vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, do Curso de Letras – Português e Espanhol – Licenciatura, de uma Universidade Pública do Paraná/BR. O recorte temático delimita-se no desenvolvimento de atividades direcionadas à Educação Básica - EB, com foco no 7º Ano do Ensino Fundamental (EF), de um Colégio Estadual. A pergunta de pesquisa questiona em que medida o estudo da língua em uso, a partir de gêneros discursivos e digitais, em contexto de formação inicial e continuada de professores, pode ser considerada uma oportunidade profícua de multiletramentos, propiciando a reflexão crítica sobre o fazer docente, ao considerar as linguagens contemporâneas, sobretudo, as multimodais/multissemióticas (ROJO, 2012). Objetiva-se analisar a prática vivenciada, a fim de responder ao questionamento que direciona o caminho da investigação. Justifica-se o estudo, uma vez que a reflexão sobre ações de multiletramentos no percurso formativo e didático-pedagógico tem-se tornado emergente, diante da necessidade de apropriação do conhecimento acerca das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDICs na sociedade atual. A metodologia utilizada caracteriza-se como teórico-prática, de abordagem qualitativo-interpretativa, no viés da Linguística Aplicada – LA, com fins explicativos. A geração de dados acontece por meio de documentação indireta, na revisão da literatura, e direta, por meio da pesquisa-ação. O método de análise e de interpretação das informações é o dialético, com procedimento de caráter histórico e comparativo. Como resultados, entende-se que o desenvolvimento de ações de práxis docente, a partir do estudo de gêneros discursivos e digitais em perspectiva dialógica de linguagem, caracteriza-se como um espaço fundamental para que o acadêmico e o professor supervisor reflitam sobre suas práticas educativas em espaços permeados por mudanças linguístico-discursivas e culturais.

ALÉM DO CURRÍCULO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO EM CASO DE PERTURBAÇÃO DO ESPECTRO DO AUTISMO

Luís Miguel Silva Vieira

A perturbação do espectro do autismo é uma perturbação do neurodesenvolvimento caracterizada por défices na comunicação e na interação social e por padrões repetitivos e restritos de comportamento, de interesses e de atividades (APA, 2013). Em muitos casos, o acompanhamento escolar a alunos que apresentem perturbações do espectro do autismo pode ser desafiante, pois a severidade dos sintomas difere de sujeito para sujeito, implicando no grau de funcionalidade e nas necessidades de suporte. É neste sentido que se considera a relevância do presente relato de experiência, por contribuir para a discussão em torno do suporte atribuído aos alunos com este tipo de perturbação, o qual resulta do apoio educativo especializado a um aluno com perturbação do espectro do autismo, no 3º ano do 1º ciclo, no decorrer do ano letivo 2021-2022. Para o aluno em questão, foi atribuído apoio educativo especializado diário, com a duração de 2 horas, visando atividades fora do contexto de sala de aula. Considerando os seus pontos fortes e fracos, interesses e as suas capacidades e necessidades, a par com os objetivos académicos estabelecidos, foi desenvolvido um plano de acompanhamento para potenciar a autonomia, o desenvolvimento, a funcionalidade, a comunicação e a interação social. Foram desenvolvidas atividades lúdicas e interativas, no interior e no exterior da escola, possibilitando atividades em grupo com os colegas e a interação com a comunidade educativa. Com o recurso a diversos materiais sensoriais procurou-se estimular os sentidos. Já com o recurso à horta da escola, procurou-se trabalhar o processamento sensorial e a atividade motora, a par com a prática desportiva e atividades lúdicas. Também procurou-se estimular a destreza e a motricidade com o recurso a materiais e jogos diversos, a par com a promoção da linguagem e da consciência fonológica, assim como da autorregulação com inputs emocionais e estratégias passivas e ativas. Procurou-se, também, facilitar o contato do aluno com a comunidade local, através de percursos no exterior da escola, nos quais se procurou identificar e nomear locais, serviços gerais, símbolos de referência de serviços e sinais de trânsito relevantes e reconhecer e nomear animais, insetos e elementos da natureza. Ademais, procurou-se consolidar essas visitas ao exterior com a criação de uma história social, em Microsoft PowerPoint, com recurso a fotografias reais captadas pelo próprio aluno, com vista a facilitar a identificação e a consolidação dos elementos trabalhados. Os resultados do apoio educativo especializado foram notórios, passando a haver uma maior interação e comunicação do aluno, maior capacidade de autorregulação, diminuição das estereotípias e crescente demonstração de interesse pelas atividades escolares. Considera-se, a partir deste trabalho e em conformidade com Koegel e LaZebnik (2014), que o apoio educativo especializado com alunos com perturbação do espectro do autismo pode marcar a diferença no seu desenvolvimento global, considerando-se fundamental a intervenção por parte de equipas multidisciplinares, assente em abordagens individualizadas e atentas às necessidades específicas de cada aluno.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO LÓGICO MATEMÁTICO ATRAVÉS DE BRINCADEIRAS E ATIVIDADES LÚDICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lucilene da Silva Mendes

Com base no currículo de referência único do estado do Acre e em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere aos direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil (EI) os mesmos devem estar presentes durante as etapas de construção do conhecimento, partindo das experiências que a criança vivência no âmbito escolar. Considerando esses direitos, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiência sobre uma atividade que foi desenvolvida em uma escola de Educação Infantil (EI) no município de Rio Branco. O objetivo principal da atividade é entender a importância de brincadeiras lúdicas na construção do pensamento lógico matemático. Para o desenvolvimento da atividade utilizou-se as seguintes metodologias: a) rodas de conversa para explicar a proposta de atividade a ser desenvolvida; b) planejamento da aula e da atividade proposta as crianças; c) roda de avaliação dos objetivos alcançados; A partir daí deu-se início a realização da atividade, que consistia em primeiramente organizar a sala e as crianças em dois grupos “ A e B”. onde cada criança recebeu um prendedor de roupa, a professora espalhou algumas tampinhas no centro da sala e determinou um tempo de 1 minuto para que todas as crianças juntassem o maior número de tampinhas que conseguisse utilizando o prendedor, colocando as tampinhas em cima da mesa que correspondia ao seu grupo. Ao término do tempo estipulado cada grupo deveria contar quantas tampinhas conseguiram juntar, identificando a quantidade correspondente no quadro numérico da sala, socializar com a turma quem juntou mais e quem juntou menos tampinhas, registrando no quadro o número correspondente a quantidade. Durante a realização da atividade notou-se que algumas crianças sentiram dificuldades em utilizar o prendedor, necessitando desenvolver um pouco mais a coordenação motora, como também alguns sentiram dificuldade em identificar qual era o número maior e o menor durante a contagem. Contudo as crianças realizaram a contagem na ordem crescente e identificaram o numeral no quadro numérico com facilidade. Nesse sentido podemos observar que a realização dessa vivência nós mostra a importância de oportunizar as crianças atividades envolvendo brincadeiras lúdicas que auxiliem no processo de construção lógico matemático, contribuindo também no processo de desenvolvimento motor e cognitivo.

O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA BRASILEIROS COM T21: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO NÚCLEO SABER DOWN

Lucas Viana Alencar
Marian Oliveira

A trissomia 21 (T21), mais conhecida como síndrome de Down (sD), é uma condição genética que resulta em diversas alterações, atrasos e comprometimentos no desenvolvimento físico, cognitivo e motor do sujeito (PUECHEL, 1990). Ademais, sabe-se que a linguagem é uma das áreas mais afetadas pela T21 também, impactando, assim, a aquisição da linguagem e o aprendizado (FOWLER, 1995). A título de exemplo, as alterações anatômicas no trato vocal do sujeito com T21, como a hipotonia muscular dos músculos da face, a língua hipotônica e protusa, além do tamanho reduzido do trato vocal, são fatores que podem afetar a articulação dos sons da fala e a inteligibilidade desses falantes (OLIVEIRA; PACHECO, 2013). Dito isso, sabe-se que, infelizmente, pessoas com T21 geralmente são rotuladas como incapazes de aprenderem uma série de habilidades acadêmicas, como uma segunda língua, por exemplo (BLUCKEY, 2002). Dessa maneira, com a finalidade de estimular as capacidades linguísticas e potencialidades de 6 sujeitos baianos com T21, foi desenvolvido atendimentos pedagógicos em língua inglesa no Núcleo Saber Down como parte integrante de uma pesquisa de mestrado acadêmico sobre as adaptações sonoras utilizadas por aprendizes com T21 em língua inglesa. Ressaltamos que o Núcleo Saber Down é um projeto de extensão que promove atendimento à comunidade externa de Vitória da Conquista - BA e regiões com atendimentos pedagógicos a fim de estimular diversas áreas de desenvolvimento da pessoa com T21, como a fala, a leitura e a escrita. O Núcleo Saber Down faz parte da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin). Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência de um professor de língua inglesa durante o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado com 6 sujeitos aprendizes de língua inglesa com T21 no Núcleo Saber Down (UESB). A partir da realização dessa pesquisa, foi observado que os sujeitos com T21 também adaptam as estruturas silábicas da língua inglesa com base em padrões e regras fonológicas do português brasileiro. Esse processo de interferência de uma língua materna para a língua-alvo é um processo universal e esperado ao longo do processo de aprendizado de um idioma adicional por qualquer aprendiz (AVERY; EHRLICH, 1992). Desse modo, pode-se verificar, por meio desse relato de experiência, que o comprometimento global do sujeito com T21 e as alterações anatômicas do trato vocal não impediram que os sujeitos da pesquisa adaptassem as estruturas silábicas da língua inglesa com base no conhecimento fonológico das regras do português brasileiro. Contudo, também notamos que houve palavras do inglês que foram produzidas sem inteligibilidade devido às alterações motores de fala encontrados na T21. Assim, ter tido a experiência de desenvolver uma pesquisa de nível de mestrado acadêmico como aprendizes de língua inglesa com T21 possibilitou tanto a compreender melhor a T21 quanto a entender que essa condição genética não deve ser utilizada como motivo para limitar as possibilidades do sujeito. Logo, defendemos uma educação de língua estrangeira mais inclusiva para todos, sobretudo para aprendizes com T21.

OS DESAFIOS DA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO E INCLUSÃO.

Karina Dias da Silva
Denise Regina Quaresma da Silva

Apresenta-se como objetivo geral, analisar as percepções, comportamentos e vivência da estudante participante do Programa Jovem Aprendiz, referentes as aprendizagens, sua inclusão como pessoa deficiente e inserção no mercado de trabalho, em uma instituição privada de educação profissional. Os teóricos norteadores do estudo foram: Louro (2008), Butler (2019), Sasaki (2003), Tardif (2010), entre outros que auxiliaram na compreensão das análises de gênero e inclusão. Trata-se de um estudo metodológico qualitativo, com estudo de caso, utilizou-se entrevista semiestruturada para coleta de dados. Os resultados analisados, através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A partir dos resultados buscou-se observar, através das falas da jovem entrevistada, suas perspectivas em relação a sua inserção no mercado de trabalho, desafios frente sua deficiência, diagnosticada como intelectual leve. A pesquisa evidenciou o quando o curso desenvolveu e oportunizou sua inserção no mercado de trabalho, além de seu desenvolvimento pessoal, profissional, protagonismo e empoderamento. Além da falta de políticas públicas mais eficazes para inserção de jovens no mercado de trabalho e pessoas com deficiência.

PROPOSTA DE JOGO MATEMÁTICO INCLUSIVO NA PERSPECTIVA DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Josiane Jocoski Bueno
Anderson Bruno da Silva
Marcos Kalamar

O trabalho tem por objetivo, apresentar uma proposta de jogo matemático acessível para públicos com deficiência. Como aporte teórico e metodológico, temos como base os seguintes autores Silva et al (2012), Mantoan (2015), Cast (2011) e Antunes (2002), sendo essa proposta elaborada na disciplina de Instrumentalização para o Ensino de Matemática no Ensino Fundamental do curso de licenciatura em matemática na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) do Campus de União da Vitória - PR, com vistas a ressaltar a importância de elaborar materiais e desenvolver atividades práticas com um viés inclusivo, e que permita com que os alunos com ou sem deficiência possam participar juntos na mesma situação, e isso é possível quando existe um planejamento pensado em um viés de flexibilização e de inclusão, pautando-se nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), os jogos, materiais ou planejamentos elaborados, podem contribuir para promover ambientes e ferramentas pedagógicas com a intenção de que todos participem das atividades em igualdade de condições, buscando atender o máximo de alunos na atividade desenvolvida em sala de aula. Na disciplina em questão, elaborou-se um Tangram flexível, contemplando texturas, após realizou-se reflexões quanto a atividade, fazendo com que os licenciandos de matemática pudessem pensar em diversas possibilidades e fazer com que eles pudessem vislumbrar essas questões na prática. Além da questão de construção do jogo flexível, pensou-se na forma de avaliação que pudesse ultrapassar as questão de avaliar por meio das dificuldades de cada alunos, mas também para que os mesmos atentem-se as habilidades de cada aluno(a), fazendo com que estimulem tais potencialidades que podem surgir e isso sim é inclusão, a reflexão do planejamento, metodologias e métodos também foram assuntos discutidos, além do mais todos somos diferentes e por consequência aprendemos de formas diferentes, e buscar variedades de ensino que permitam o desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos é de suma importância na prática do professor e futuro professor. Conclui-se que trabalhar desta forma pode ser uma opção produtiva para levar os alunos a obterem uma melhor compreensão os aspectos que estão intrínsecos ao trabalhar com a matemática de modo mais inclusivo, e que os desafios podem ser diversos, mas que devemos estar preparados e buscar metodologias que compreendam as necessidades e particularidade de cada sala de aula, para que não tenhamos um pensamento centrado em atividade reflexivas apenas para o aluno com deficiência e para que esse não tenha o acesso as atividades dos demais colegas, pelo contrário que possamos se voltar durante o processo inicial de planejamento com um viés de incluir a todos na mesma tarefa, movendo-se em prol de uma sala de aula igualitária e inclusiva.

O FAZER PEDAGÓGICO INCLUSIVO: COMO E POR QUÊ?

Josefa dos Santos Silva
Frank de Sousa Santos
Laissy Taynã da Silva Barbosa

Este tema é desafiador e, por vezes, um processo que retroage a depender das políticas públicas educacionais praticadas. O enfrentamento dos sujeitos invisibilizados que por décadas lutam pelos direitos de terem seu lugar de fala (RIBEIRO, 2019) em espaços e serviços torna-se mais significativo quando nós, professores e professoras da Educação Básica, reconstruímos crenças (BARCELOS, 2004) que ainda persistem legitimando e validando um estruturalismo que fragmenta nosso conhecimento e nos transforma em seres constituídos exclusivamente de corpo e mente. Como contraponto, a multidimensionalidade reconectada com a complexidade (FREIRE, 2002, MORIN, 2001) de ser humano neste mundo persiste, mas tem avançado lentamente nas escolas. Questionamos onde estarão os que não estão na escola? Como nós conseguimos excluir estes sujeitos do direito à educação? Como excluimos mesmos os que estão matriculados e frequentando a escola, entretanto invisíveis ao processo educacional? O nosso pensar sobre o que é a escola e a inflexibilidade desta instituição em manter o conhecimento escolar padronizado para sujeitos que vivem a pós-modernidade líquida, fluida (BAUMAN, 2001) nos propõe um pós-humanismo (PENNYCOOK, 2015) como percurso de vida. Neste contexto, o objetivo do artigo é discutir o fazer pedagógico que desenvolvam habilidades significativas nas vivências de nossos alunos e alunas perpassando pelas teorias da complexidade e multidimensionalidade numa perspectiva pós-humanista de vivência neste planeta. A pesquisa se situa no campo da Linguística Aplicada, com abordagem qualitativa, tendo como geração dos dados analisados relatos de um professor e duas professoras da Educação Básica situados na Amazônia Legal, nos estados do Tocantins e Pará. Os resultados nos permitem questionar se os denominados de seres humanos neste viés da inclusão contempla os margeados? Contempla a todos e todas ou há quem decida como será a inclusão/exclusão?

A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM MALHADA/BA: NECESSIDADES E PERSPECTIVAS

Josedalva Farias dos Santos
Édla Susan Pereira de Jesus
Míria Maristela da Cruz

Objetivo: Refletir sobre o AEE, seus conceitos e bases legais, para verificar se a oferta das Salas de Recursos Multifuncionais das escolas públicas de Malhada-Bahia, promovem uma aprendizagem significativa aos alunos com necessidades especiais. **Metodologia:** Abordagem qualitativa com foco em pesquisa bibliográfica e coleta de dados locais e documentais numa pesquisa in loco nas escolas contempladas. **Referencial Teórico:** A Educação especial no âmbito da AEE, foi criada para assegurar uma educação com qualidade e equidade a todos os sujeitos e seus marcos legais asseguram o direito ao ensino regular dos alunos com necessidade especiais. Malhada é uma cidade ribeirinha do Rio São Francisco, do estado da Bahia. A sua área abrange 1.979,193 Km². É a sede do município com 03 distritos: Parateca, Canabrava e Julião, 02 territórios remanescentes quilombolas, comunidades rurais. Na área educacional, tem 2.523 alunos matriculados nas 24 escolas (IBGE, 2021), ofertando os segmentos educacionais. Em 2021, a SME firmou parceria com a Empresa Clínica Espaço Cuidar, para ofertar serviços de atendimento psicopedagógico para educandos com necessidades educativas especiais. O município foi contemplado com 08 salas de recursos multifuncionais pelo PAR, nas diversas escolas do município. A partir da década de 1980, a prática da inclusão, foi ampliada e “intensificou-se a atenção à necessidade de educar os alunos com necessidades especiais no ensino regular como consequência das insatisfações existentes em relação às modalidades de educação especial” (FACION, 2008, p. 189). Diversas leis e políticas de Educação Especial foram criadas: CF (1988); Lei 7.853(1989); ECA(1990); Declaração de Salamanca(1994), LDB (1996) ; CORDE/Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999); Resolução N°2 (2001); LIBRAS(2002); Braille (2002); Programa de Educação Inclusiva (2003); Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência(2006); Política Nacional de Educação Especial (2008); Resolução 04 e Decreto 7.611(2011); Inclusão de pessoas com TEA (2012); Lei 12.796(2013). A Educação Especial é uma modalidade que traz a questão do apoio, oferta de recursos, acessibilidade aos estudantes com deficiências e dificuldades de aprendizagem. O AEE garantido pela EI, objetiva incluir os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, disponibilizando diversos programas. Dentro da AEE, temos a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) criadas em 2005 pelo MEC, devendo ser implantadas nas escolas brasileiras. Em 2021, Malhada foi contemplada com 08 salas de recursos multifuncionais pelo PAR/FNDE, para a sede, Julião, Parateca, Canabrava, Pau D’Arco, Riachão, Ilha de Zezé e com formação continuada para os profissionais da rede municipal. **Resultados esperados:** Nos últimos anos, foram implantados diversos programas e projetos de educação inclusiva no Brasil, entre eles as salas de recursos multifuncionais. Na cidade de Malhada, ela só veio ocorrer em 2021. Espera-se que as escolas contempladas com as SEM, apresentem efetivamente o compromisso com a educação especial, facilitando a inclusão dos educandos e reduzindo suas dificuldades de interação. É necessário aprofundar nosso entendimento de que a educação inclusiva deve cumprir seu papel na promoção da diversidade e no respeito as diferenças, fomentando um ensino aprendizagem mais acessível e democrático a todos os cidadãos.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR ESTUDANTES DE COMUNIDADES PRÁTICAS MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE ARTEFATOS TECNOLÓGICOS

Jakeline Amparo Villota Enríquez
Maribel Villota Enríquez
Alexandra Villota Enríquez

Este estudo consistiu em relacionar as estratégias de aprendizagem que utilizaram diferentes comunidades praticas dentro do processo de construção de artefatos tecnológicos, onde utilizaram-se conteúdo da Geometria e Física. O contexto onde desenvolve-se esta pesquisa foram: A Universidad Santiago de Cali e a Instituição Educativa “Misak Mama Manuela” cujos participantes foram 8 estudantes de VI semestre de Licenciatura em Educação Básica com ênfases em Matemáticas; y 6 estudantes de grado decimo da comunidade indígena Misak. A metodologia utilizada foi qualitativa descritiva, onde os instrumentos de coleta de dados foram a observação que se realizou mediante vídeos, fotos e os documentos (diário de campo). O processo de construção dos artefatos tecnológicos teve três etapas: 1. Revisão de literatura, 2. Construção dos artefatos tecnológicos focalizados na Geometria Euclidiana e a Física Clássica (estrutura, movimentos, etc.). 3. Integração de Programação (Arduino e/ou Matlab) ou Circuitos a cada artefato tecnológico. Os resultados apresentam que se implementam três (3) estratégias de aprendizagem, tais como: 1) cognitivas, 2) metacognitivas, 3) Manejo de recursos. Os processos sobre a construção dos artefatos tecnológicos demarcam o uso de diferentes estratégias de aprendizagem centrados na cognição e os recursos didáticos onde se identificam aspectos relacionados com as representações culturais, como, por exemplo: arte, narrações, etc., os quais influem no desenho de cada artefato tecnológico. Adicionalmente, os artefatos tecnológicos produzidos demarcam a relação entre as seguintes variáveis: Forma-Movimento e Tempo-Espaço; ou seja, a Geometria e a Física têm distintos elementos em comum como, por exemplo: forma, movimento, observação, comprovação, etc.; os quais estão imersos no processo de construção de artefatos tecnológicos (Etayo, 1992; Einstein, 1996; Villota y Villota, 2022).

INTERNET E INCLUSÃO

Sandra Maria Lemos Campelo

O presente artigo teve como tema refletir sobre a educação como direito fundamental, tendo a internet como forma de democratizar o acesso do cidadão à educação, em especial, na presente conjuntura de expansão tecnológica. Nesse contexto, o estudo objetiva analisar a importância da positivação do direito de acesso à internet como forma de inclusão social e efetivação plena do acesso indiscriminado de todos os brasileiros à educação, considerando que sob o prisma atual, a qualidade de cidadão vai além dos direitos políticos e a cidadania está intrinsecamente relacionada ao processo de inclusão digital e, por conseguinte, a inclusão educacional. Para a realização do estudo utilizou-se a abordagem metodológica descritivo-analítica, desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, documental, qualitativa através de informações e documentos sobre o tema. Assim, obteve-se como resultado a convicção de que numa sociedade onde o uso da tecnologia digital de alcance universal é uma necessidade constante, o acesso à internet é uma forma de garantir o acesso ao direito à educação, dentre outros direitos. Diante disso, necessário se faz a positivação na Carta Constitucional brasileira do acesso à internet como um direito social extensivo a todos, como forma de afastar as injustiças sociais que poderão advir da negação desse direito, considerando que diante dos novos paradigmas, o acesso à internet é elemento fundamental para promover a igualdade, a justiça social e o pleno gozo à cidadania.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Greice Kelly Marinho
Viviane Cristina de Mattos Battistello

Favorecer um ambiente de aprendizagem que oportunize às crianças o conhecimento de si e do outro, bem como o respeito às diferenças, as relações com a natureza e com a cultura, para que desenvolvam sua autonomia nos cuidados pessoais, através das brincadeiras e interações, é dever da escola (Brasil, 2017). Nesse viés, instiga-se a saber como oportunizar aprendizagens significativas para crianças da Educação Infantil a partir do interesse delas? Diante desse contexto, o presente estudo teve por objetivo oportunizar aprendizagens significativas a partir de um estudo de caso em um Centro de Educação Infantil (CEI), em um município catarinense, com uma turma de pré-escola. A turma é composta por vinte e cinco crianças, com idades entre 4 e 5 anos, sendo que um aluno apresenta o desenvolvimento atípico, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Logo, para essa investigação optou-se por uma pesquisa qualitativa, com observação participante e entrevista semiestruturada com a professora. A partir da sugestão do aluno com TEA, a professora desenvolveu um projeto sobre o meio ambiente, buscando conciliar os interesses da turma na prática em sala de aula, para que encontrassem respostas com autonomia e criticidade, promovendo uma educação inclusiva ao apresentar um tema transversal, como a destinação correta dos resíduos. Diante de uma embalagem plástica jogada no chão, o aluno perguntou à professora: qual era o motivo de não estar no lixo, e se chovesse, o que aconteceria com a embalagem plástica? Tal abordagem se justifica pela importância em compartilhar boas práticas realizadas nos CEI, onde a criança é respeitada e ouvida, para assim, tornar-se protagonista do seu processo de aprendizagem, conforme BNCC (Brasil, 2017). É importante ressaltar que é dever do pesquisador enquanto cidadão, oferecer à sociedade condições de refletir, para então transformar as atitudes, contribuindo para o fortalecimento de igualdade e equidade, desde a infância, considerando que “a inclusão é um sonho possível” (MANTOAN, 2003, p.48). Sob o viés da aprendizagem significativa de Ausubel (1982), em que ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não-arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe, observou-se que quando um diálogo se estendeu sobre as questões do meio ambiente, despertou interesse em saber sobre a destinação dos resíduos, por exemplo. Tais fatos levaram a professora a convidá-los a pesquisar sobre o assunto, assim, através desse projeto ocorreu o processo criativo e colaborativo. As atividades foram realizadas durante o período de três semanas, com inúmeras dinâmicas, mediadas pela professora, pesquisas com as famílias, atividades de separação de resíduos, culminando em uma visita até um ponto de reciclagem, onde os pais puderam acompanhar a visita. Conclui-se que a criança é um ser observador, questionador, que levanta hipóteses, faz julgamentos e assimila valores, construindo o seu conhecimento apropriando-se por meio das ações e interações com o mundo físico e social, e por tudo isso deve ser respeitada e valorizada de acordo com suas individualidades. Perceber que o primeiro passo para tornar a aprendizagem significativa é ouvir o que as crianças têm a dizer e valorizar seus questionamentos.

TEORIA ESPIRAL E PRÁTICA DA FLAUTA DOCE NO CONTEXTO ESCOLAR

Juliane Barbosa de Sousa leal

O presente trabalho, apresenta parte de uma pesquisa de pós-graduação em educação musical da Faculdade Integradas de Minas Gerais, e tem como objetivo, investigar as contribuições da prática de flauta doce para o ensino de música na educação básica. Desde a promulgação da lei 11. 769/2008, que torna obrigatório o conteúdo musical nos currículos escolares, muito se tem discutido sobre estratégias e ações em relação a música nas escolas. Entre essas discussões, a flauta doce tem ganhado bastante destaque. No Brasil, ela é conhecida como um instrumento musicalizador, sendo considerado instrumento de iniciação musical bastante acessível, devido baixo custo, simples manuseio, fácil emissão de som, além de ser um instrumento de simples portabilidade (MENDES, 2010). Por essas características, a flauta tem ganhado bastante destaque nos mais variados espaços de educação musical formais e informais, como escolas, projetos educativos, igrejas, associações etc. Desta forma, observa-se um crescente número de pesquisas que buscam compreender os aspectos educacionais desse instrumento nos mais variados contextos de educação musical. A nossa pesquisa buscou investigar as contribuições da prática desse instrumento na educação musical escolar, onde utilizamos a pesquisa bibliográfica, para mapear os trabalhos sobre a flauta doce e o ensino de música na educação básica. Como referencial teórico, utilizamos a Teoria Espiral do Desenvolvimento Musical, criada pelo educador musical Keith Swanwick, que se baseou nos estudos de Piaget para criar uma teoria sobre o desenvolvimento musical de crianças e adolescentes. Para o autor, a aprendizagem é construída por meio de etapas, e a sua teoria propõe uma aprendizagem musical baseada em três formas práticas: execução, apreciação e composição. A ideia do autor é que o aluno esteja sempre se relacionando com a música, ou seja, aprenda música, musicalmente. Também realizamos um levantamento bibliográfico, onde selecionamos 4 trabalhos para análise, entre teses e dissertações, onde podemos identificar que a prática da flauta doce não proporciona apenas o desenvolvimento musical do aluno, como também o social e intelectual. Além de trabalhar a prática em conjunto, auxilia no raciocínio e concentração; trabalha a socialização, interação e comunicação entre eles por meio da prática em conjunto; desenvolve o senso crítico e estimula a percepção auditiva. O aluno desenvolve o sentimento de pertencimento a um grupo, aprende a respeitar o espaço do colega, e compreende que para se obter êxito em sua prática, é necessário que todos trabalhem de forma conjunta, contribuindo assim para o desenvolvimento social desse estudante. Nosso estudo ainda se encontra em andamento, entretanto, os resultados preliminares demonstram que a prática da flauta doce é rica em estímulos, que contribuem para o desenvolvimento global do aluno (psicomotor, social, cognitivo, musical). Na etapa final do nosso trabalho, propomos sugestões sobre como trabalhar a flauta doce em sala de aula, baseada na proposta de desenvolvimento musical abordada por Swanwick.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI: ENTRE O INSTITUÍDO E O PRATICADO

Marisa Nascimento Elizeu Santos

O presente estudo trata-se de um recorte pontual de uma pesquisa em andamento, na Pós-graduação stricto sensu em Educação. A qual tem buscado investigar as discrepâncias e distanciamentos entre os dispositivos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com destaque para os pressupostos do Atendimento Educacional Especializado e a realidade prática, efetivamente, para atender as crianças da educação infantil. O que os centros de educação infantil - CEI tem praticado configura efetivamente um ensino inclusivo? Por que pouco se discutem nas atividades de planejamento coletivo os desafios da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas turmas infantis? Qual o papel do Atendimento Educacional Especializado? Como lidar com educação especial no universo da educação infantil? Dentro deste universo de questionamentos é que a pesquisa tem se enveredado. Tendo em vista que, nas últimas décadas as políticas educacionais de Educação Especial na perspectiva da inclusão têm ocupado lugar nas agendas do governo federal. Embora se tenha vistos muitos avanços em relação às políticas educacionais de educação especial, por outro lado, muitos outros aspectos impedem que os avanços aconteçam de forma mais significativos para Educação Inclusiva, dentre eles, os processos formativos professorais e respectivamente, as práticas pedagógicas do ensino na perspectiva inclusiva. Em tese, pode-se considerar que há entraves na implementação no chão da escola e, percebe-se um distanciamento entre o instituído e o praticado efetivamente. Portanto, será que as práticas de educação inclusiva têm sido implementadas de forma satisfatória nos espaços de Educação Infantil? Há Atendimento Educacional Especializado - AEE para os Centros de Educação Infantil - CEI nas redes básicas de educação? São perguntas que norteiam o itinerário da pesquisa em andamento e que, a partir do arcabouço teórico (KASSAR, 2016; JANNUZZI, 2012; MAZZOTTA, 2011), denota-se que o grande desafio para muitos profissionais da área de ensino é trabalhar na dimensão da inclusão por diversos entraves e desafios entre o instituído e o praticado. Para tanto, os dados preliminares apontam que (i) as práticas educacionais dos AEE se distanciam das práticas pedagógicas dos CEIs; (ii) são grandes as demandas pelos AEE's e assim os infantes tem ficado em segundo plano; (iii) a garantia de matrículas ainda tem sido entendida como sinônimo de inclusão; (iv) a formação docente aparecem como um dos desafios a ser superado; (v) denota-se baixa expectativa do professorado para com as crianças com necessidades educativas especiais. A pesquisa tem sido desenvolvida na perspectiva do estudo exploratório (LAKATOS, MARCONI, 2003) com abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 2011) a partir de entrevistas com professores que atuam na sala de AEE e professores que atuam numa unidade CEI no município de São Paulo. Cujas reflexões permeiam-se pelo entendimento que o AEE se enquadra na finalidade auxiliar a inclusão dos alunos com NEEs através de ações que busquem o minimizar das barreiras ocasionadas pela alteridade. Nesse sentido, visando garantir o atendimento as especificidades, para assegurar o pleno desenvolvimento das potencialidades dos estudantes atendidos pelos serviços do AEE e, neste estudo, as crianças da Educação Infantil.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A MÚSICA: ASPECTOS SOCIOEMOCIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO DE MÚSICA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Leon Mclouis Borges de Lucas
Lígia Poliana de Oliveira

O processo de ensino, especialmente ensino de música apreende questões profundamente subjetivas no desenvolvimento de competências e habilidades para o processo neurocognitivo dos sujeitos, especialmente dos sujeitos com necessidades especiais. Vale destacar, portanto, que compreender a singularidade do sujeito no processo não apenas de ensino e, também, de aprendizagem faz com que o discente se engale e, por meio da música, busque o desenvolvimento de aspectos referentes a uma melhor qualidade de vida e experiência frente ao mundo. Assim, este estudo baseia-se na proposta qualitativa e relato de experiência, enquanto metodologia. Discutir-se-á que a música, o ensino de música para sujeitos com necessidades especiais faz com que melhorem sua qualidade de vida. Por considerações finais, acredita-se que o ensino de música e um olhar singular sobre o sujeito aluno faz com que as relações sejam humanizadas e que apreendem o sentido transformados que a educação transformadora se propõe.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PLANEJAMENTO E PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Cíntia Simionato Pereira
Silvana Sousa Andrade
Sidney Lopes Sanchez Júnior

O presente estudo traz uma reflexão pertinente para o campo da educação, sobretudo, no tocante à educação básica acerca dos processos de ensino e aprendizagem que, indiscutivelmente, perpassam pela seara da formação de professores. O estudo surge do recorte da pesquisa do projeto do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI que está em andamento. Para tanto, no aspecto da formação docente, com enfoque para os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado – AEE, apoiado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE (BRASIL, 2008), a qual estabelece a necessidade do incentivo à formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para Inclusão Escolar. Presume-se que por reconhecer as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino que evidencia a necessidade de se confrontar práticas segregatórias e pensar em estratégias para superá-las. Assim sendo, o objetivo do presente estudo consiste em identificar as lacunas existentes entre as práticas pedagógicas das salas do AEE, com a formação dos profissionais e as demandas das salas regulares pelos pressupostos da educação inclusiva. Quem inclui e como inclui? Qual a concepção de inclusão? Quais as práticas inclusivas e como elas dialogam entre as salas regulares e salas de AEE nos municípios interioranos do Brasil? A discussão teórica envereda-se pelos pressupostos dos dispositivos legais da educação (LDB, 9.394/96; PNEE, 2008; CNE/n 2/2015), os referenciais dos pesquisadores e teóricos que versam sobre educação especial na perspectiva do ensino inclusivo (MANTOAN, 2009; BUENO, 2001; CAPELLINI, 2019; KASSAR, 2011; MAZZOTTA, 2011) e formação de professores (IMBERNÓN, 2014; TARDIF, 2016; NÓVOA, 1992; PIMENTA, 1999). Considera-se que a formação continuada permite a construção da cultura inclusiva e colaborativa na escola indicando práticas de parcerias e rejeitando a responsabilização de um único professor a respeito da aprendizagem dos estudantes com deficiência/transtorno. Em outras palavras quer dizer, auxiliar na concepção de que a educação deve ser ofertada por todos e estar acessível a todos interagindo entre os pares e os espaços ensinantes regulares de ensino e espaço educacional especializado. Para tanto, a pesquisa tem sido desenvolvida na perspectiva do estudo exploratório (GIL, 2008) com abordagem qualitativa (MINAYO, 2015) a partir da entrevista com sujeitos participantes, por ora, professores que atuam na sala de AEE, num município de pequeno porte no interior de São Paulo. De modo que as análises dos dados sendo discutido na dimensão da dialética crítica (SAVIANI, 2013) identificando as contradições e discrepâncias entre o instituído e praticado, além dos desafios encontrados acerca do aspecto formação de professores, as inferências dos resultados apresentados a partir da análise de conteúdo baseado em Laurence Bardin (2016). Nesse sentido, os dados preliminares do estudo em andamento apontam que (i) a necessidade da formação continuada tem sido um dos principais desafios; (ii) a baixa expectativa dos professores sobre os potenciais dos alunos da inclusão; (iii) compreensão efetiva da dimensão do incluir; (iv) desmotivação professoral; (v) necessidade do fortalecimento do debate sobre inclusão no planejamento didático-pedagógico da escola para reverberar nas práticas de ensino e aprendizagem dos alunos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A ESCOLA COMO CAMPO DE POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Marcos Andrade Alves dos Santos

A formação de professores constitui-se em uma questão central no campo das discussões sobre a Educação brasileira. Libâneo (2015) ocupou-se dessa questão, apontando a dissociação entre conhecimentos disciplinares e os pedagógicos como uma das principais dificuldades enfrentadas na formação profissional de professores. Neste trabalho, meu objetivo consiste em refletir sobre algumas experiências nas quais atuei como formador de professores, especificamente em escolas de ensino médio da rede pública no interior do estado do Ceará. Construo, portanto, um relato de experiências para dar tonalidade a algumas observações acerca de formações por mim realizadas no contexto de retorno ao ensino presencial no período pós pandemia no Ceará. Em fevereiro de 2022, realizei uma formação sobre a temática Interdisciplinaridade, atendendo à solicitação de uma Diretora escolar que pretendia mobilizar o assunto entre os professores diante do contexto de implementação do Novo Ensino Médio. Os professores que participaram da formação evidenciaram interesse pela discussão, apresentando também suas dificuldades em operacionalizar o trabalho pedagógico a partir de uma perspectiva interdisciplinar, transdisciplinar ou multidisciplinar. Observei nos discursos de alguns professores a familiaridade com a temática, contudo o diálogo revelou a distância entre o saber a respeito da interdisciplinaridade e a mobilização de estratégias pedagógicas que permitissem uma abordagem diferente em suas aulas, assim como nos planejamentos. Os relatos dos professores refletiram muitos elementos presentes no contexto do trabalho docente que dificultaram aquilo que chamam de dificuldade de unir teoria/prática, entre eles, a sobrecarga de trabalho, a política formativa assumida pela coordenação escolar, a política adotada pela escola diante das exigências da política educacional a nível federal, uma formação continuada insuficiente para lidar com questões de natureza mais complexa, a remuneração recebida e até a desmotivação diante das rápidas mudanças ocorridas na área educacional. Nesse sentido, a despeito de considerar os professores incapacitados diante dos desafios contemporâneos impostos à formação inicial e continuada e à escola pública, cabe refletir sobre como as políticas educacionais são articuladas no interior das escolas, nas salas de aula e na formação docente. Contudo, ainda é necessário apontar que o desconhecimento também pode ser adotado como estratégia que blinda temporariamente os professores das urgências impostas por certas transformações no ensino. Em minhas experiências como formador de professores na/para educação básica tenho encontrado dificuldades semelhantes às descobertas por Libâneo (2015) ao me dedicar a escuta dos docentes na educação básica. A ansiedade sobre o “como fazer” é uma das principais demandas apresentadas pelos professores, sobretudo quando o tema envolve algo que é considerado como “novidade” pelos docentes. Por certo, não existe uma receita pronta quando falamos em trabalho pedagógico. O que é possível apresentar são modos de pensar que resultam de experimentos epistemológicos, que são ao mesmo tempo pedagógicos e didáticos. Meus experimentos formativos têm demonstrado que é possível investir em modos de pensar/atuar que possam unir teoria e prática, didática e conteúdo, seja com professores, seja com alunos na sala de aula.

ANÁLISE PRELIMINAR DOS INDICADORES E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA – RJ

Cláudia Machado

O presente estudo tem como objetivo propor reflexões e futuras ações sobre a Educação Especial do município de Miguel Pereira com base na análise dos dados divulgados pelo painel de indicadores da Educação Especial, realizado pelo Instituto Rodrigo Mendes em parceria com Instituto Unibanco com apoio do Centro Lemann, à luz das políticas de inclusão educacional. Percebeu-se um aumento de 0,4% nas matrículas de estudantes da educação especial nos últimos 5 anos. Embora tenha havido um aumento no número de matrículas de estudantes público da Educação Especial nas turmas regulares, percebe-se ainda a necessidade de formação continuada para os professores regentes. Somente 5,2% dos professores da classe regular possuem formação continuada sobre Educação Especial. Nota-se que a formação especializada se concentra mais nos professores que atuam no AEE, com um percentual de 35,7%, porém mesmo estes precisam de formação e capacitação na área, em virtude do aumento de professores sem formação. Em relação à acessibilidade e infraestrutura observou-se que ainda há certas carências que precisam ser supridas, visto que a acessibilidade é condição necessária para a garantia de direitos. De acordo com Glat (2010) para ser inclusiva uma escola tem que ter acessibilidade (nos aspectos arquitetônicos, materiais e de comunicação). Um estudo recente sobre as implicações políticas e práticas na educação especial (DAIANEZ, SMOLKA, FAISSAL, 2022), trazem a discussão sobre como as definições das políticas da educação especial afetam as relações e as posições dos sujeitos envolvidos no interior da escola, levando em conta, entre outros autores, as contribuições de Vigotski sobre a influência do meio e da cultura no desenvolvimento humano. As relações de ensino são afetadas pelo referencial teórico que sustenta o trabalho pedagógico, sendo assim, torna-se necessário a investigação do cenário atual tendo em vista que, segundo (PLETSCH, 2010), pesquisadora da Educação Especial e Inclusiva e temas afins, há muita discussão sobre o que é educação inclusiva, mas pouco sobre a concretude da mesma na prática pedagógica. A atuação dos professores é condição fundamental para a educação e a inclusão dos alunos público alvo da educação especial em diferentes contextos escolares. (ESPER, ARAÚJO, SANTOS, NASCIMENTO, 2022). No entanto pensar na atuação do professor e no processo inclusivo, também requer pensar em ações intersetoriais e trabalho de parcerias, fazendo emergir uma perspectiva promissora de colaboração entre os diferentes atores desse processo, a saber: família, escola, alunos, professores, professores do AEE, comunidade, assim como, saúde e assistência. (FARIA *et al.*, 2021; PLETSCH, 2021). Uma relação positiva entre esses agentes facilita e contribui positivamente para a vida escolar de todos. No caso do Município de Miguel Pereira, verificou-se a necessidade de implantação de políticas públicas de educação especial e inclusiva, assim como formação dos profissionais que atuam na área da educação, pois não basta garantir apenas o acesso e permanência na escola, mas sim participação nas atividades e garantia de aprendizagem, principalmente mediante os impactos causados pela pandemia do COVID-19.

VAMOS FALAR SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRESSUPOSTOS LEGAIS, PRÁTICAS E DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cláudia Tammy da Cruz Abreu

O diálogo sobre educação inclusiva rompe com paradigmas sociais: remete à convivência de todas as pessoas, nos mesmos espaços, de maneira respeitosa e com igualdade de oportunidades, independente de suas características e contextos individuais. Outrossim, faz-se premente lembrarmos que cada pessoa é um ser único, que aprende de uma forma diferente e tem necessidades educativas distintas; o processo de aprendizagem é individual e singular: recebe influência dos contextos, das vivências prévias, das habilidades cognitivas e dos fatores emocionais de cada indivíduo, convertendo-se, portanto, em uma experiência única e intransferível. Trazendo essa reflexão para o contexto da Educação Básica, ressalta-se a premissa de que todas as pessoas têm a capacidade de aprender, contanto que lhes seja garantido o acesso a estímulos, oportunidades de esforço e experiências de aprendizagem. Nesse sentido, objetiva-se promover uma reflexão sobre o conceito, os paradigmas e os princípios relativos à educação inclusiva (LUSTOSA, 2011) e sua aplicabilidade na prática escolar. Empregando a metodologia bibliográfica descritiva-exploratória, são tratadas a relação e a diferenciação entre educação inclusiva e educação especial. Em seguida, são trazidos à luz tanto os marcos legais, quanto os cenários que permitiram a concretização da atual legislação brasileira sobre educação inclusiva, com ênfase na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Com base nesses pressupostos, segue-se uma investigação acerca das práticas inclusivas plausíveis de serem aplicadas ou previamente testadas na Educação Básica (FIGUEIRA, 2016; 2017; 2019). Falar de inclusão é relembrar que todas as pessoas têm direito ao acesso à educação. Remete à oferta de uma educação de qualidade, com igualdade de oportunidades e valorização das diferenças. Compreende-se que, para que a inclusão seja colocada em prática, todos os grupos sociais devem ser considerados. O desafio é encontrar a estratégia certa para a necessidade de cada estudante, aliada à importância e à fundamentalidade da socialização. Os resultados deste estudo apontam que o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos, apoiando as necessidades individuais de todos, corroborando o princípio de que juntos, todos aprendem melhor.

CANTO CORAL NAS AULAS DE ARTES NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA

Juliane Barbosa de Sousa Leal

O presente trabalho, aborda a prática do canto coral desenvolvida em aulas de artes, com alunos de cinco turmas de 6º ano de uma escola pública do município de Parauapebas – PA. A ideia de se trabalhar o canto coral, se deu a partir da identificação do comportamento dos alunos após o período de pandemia, aonde muitos estudantes retornaram as aulas presenciais com diagnósticos de depressão, ansiedade, estresse, síndrome do pânico. A pandemia do covid-19, fez com que o isolamento social fosse umas das formas de se combater a contaminação e proliferação do vírus. Segundo Barros (2020), no Brasil diversas medidas foram tomadas para fins de garantir o isolamento social, como por exemplo, as Medidas Provisória n. 934, de 1 de abril de 2020 e a Portaria n. 343, de 17 de março de 2020, onde houve a dispensa dos 200 dias letivos para a educação básica, assim como, a substituição das aulas presenciais por aulas no formato online. Todas essas medidas foram necessárias, entretanto, em alguns municípios brasileiros, houve escolas que levaram quase dois anos para retornarem ao ensino presencial. Diante desse contexto, identificou-se as várias consequências negativas, que afetaram não apenas o processo de ensino e aprendizagem, como também a saúde mental de grande parte dos alunos. Partindo dessa realidade, diversas estratégias foram pensadas e discutidas, a fim de minimizar os efeitos pós pandemia na educação. Entre essas estratégias, pensou-se na prática do canto coral, como ferramenta para se trabalhar a saúde mental dos alunos. O canto coral, trabalha a socialização, a comunicação e a interação, a prática em conjunto e o respeito pelo próximo. Diversos autores, relatam que o canto coral promove não apenas o desenvolvimento musical, como também o social e intelectual do indivíduo. Segundo Almeida (2023), o canto coral é um espaço de convívio, que proporcionam experiências de grande valor. Desta forma, escolhemos o canto coral como ferramenta para se trabalhar nas aulas de artes. O repertório era composto por músicas que abordassem temas que trouxessem reflexões para a turma, como superação, valorização, amizade, crítica social. Entretanto, os alunos também poderiam indicar suas músicas de preferência, cabendo a regente fazer uma seleção dessas músicas. De maneira geral, essa prática foi bem aceita em todas as turmas na qual foi desenvolvida. Os alunos foram se mostrando mais participativos, onde passaram a expressar de forma mais clara seus sentimentos, ideias e emoções. Observou-se também, uma mudança expressiva no comportamento desses alunos, principalmente aqueles que tinham algum tipo de diagnóstico. Segundo relatos dos próprios estudantes, eles se sentiam motivados em cantar, em participar das atividades, e descreviam as aulas de canto como um momento prazeroso de divertido, onde eles gostavam de estar. Desta forma, concluímos nosso trabalho destacando o canto coral como uma ferramenta não apenas de educação musical, como também, de transformação social, que auxilia no desenvolvimento da formação global do indivíduo.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O PENSAR A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO ESCOLAR

Arilda da Costa Rocha Vellasco
Inês Barbosa de Oliveira

No Brasil, pode-se dizer que o direito à educação não ocorreu de forma igualitária para todos os cidadãos. Sendo assim, refletir sobre os direitos humanos no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) reitera a garantia do direito à educação e abre caminhos para discutir sobre as diversas formas de violação de direitos que ocorrem na modalidade, geralmente formada por pessoas idosas, jovens e adultos desempregados, empregados, aposentados, donas de casa em busca do sonho de aprender a ler e escrever. O segmento social representado pelos alunos da EJA apresenta características específicas de aprendizagem, o que requer a implantação de um Projeto Político Pedagógico e a construção de um currículo voltado para sua realidade, seu ritmo, seus conhecimentos prévios, situações de vida e experiências. Pensando assim, o objetivo deste trabalho é trazer um recorte da discussão realizada durante uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada durante o mestrado, em uma escola pública do primeiro segmento da EJA, interpretando os aspectos relativos à dimensão política da educação em e para pensar os direitos humanos no cotidiano das escolas. O estudo foi baseado no campo nos/dos/com os cotidianos que há mais de 30 anos são desenvolvidos no Brasil por pesquisadores como Nilda Alves e Regina Leite Garcia, discutindo as ideias de Certeau (1996) associadas às de Lefebvre (1983) e Ezpeleta e Rockwell (1987), através de conversas com cinco professores e dez alunos. Segundo Silva (2021, p. 137) direitos humanos diz respeito ao “conjunto de normas que protegem a dignidade de todos os seres humanos, respeitando as liberdades fundamentais, englobando o direito à educação, saúde, moradia, segurança”. Já a educação em direitos humanos operacionaliza a concretização da transformação social através do processo educativo de maneira reflexiva. Todos somos sujeitos de direito. A escola aqui pensada como um espaço voltado para o diálogo, para a socialização, troca de experiências e de aprendizagens, e acima de tudo respeito ao próximo. Como principais aportes teóricos temos Santos (2014), Silva (2021), Freire (2005), Benevides (2015), Genevois (2013), Bobbio (2004), Paiva (2019). No Brasil foram elaborados documentos para difundir a cultura de direitos humanos: Programa Nacional de Direitos Humanos (1996/2002), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003, 2006 e 2018), as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, no ano de 2012. Após uma reflexão sobre as conversas e andanças no cotidiano escolar, podemos dizer que esperança é a palavra que atravessa o dia a dia desses alunos que buscam incansavelmente o direito à educação. Lembramos que a educação envolve formação de uma cultura de respeito à dignidade da pessoa humana, mas somos frutos de uma sociedade hierarquizada e homogeneizadora.

O PROCESSO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA OS ALUNOS COM SURDEZ

Ariete Pereira Barbosa
Jany Keila Carvalho Gonçalves

O presente artigo apresenta-se como resultado da pesquisa realizada junto aos profissionais da sala de AEE de uma instituição escolar, pública, da rede municipal de ensino de Palmeirais-Piauí, a qual retrata reflexões sobre como ocorre o processo de atendimento educacional especializado para os alunos com surdez, apresentando assim, como objetivo geral, analisar o processo de atendimento para alunos com surdez da sala de recursos multifuncionais. Sendo os objetivos específicos: verificar como a escola se programa para realizar o atendimento do aluno surdo na sala de AEE; identificar as ações do professor da sala de recursos/serviços oferecidos; conhecer as estratégias desenvolvidas no atendimento do público surdo no AEE; diagnosticar as dificuldades encontradas para realizar esse trabalho de AEE, e assim, fazer reflexões que contribuam para o desenvolvimento do serviço educacional especializado. Optou-se pela metodologia qualitativa, como pesquisa de campo que esteve fundamentada inicialmente em uma pesquisa bibliográfica, a qual serviu de base para as primeiras análises acerca do tema pesquisado, e posteriormente, para a discussão e fundamentação dos resultados a partir do estudo dos seguintes autores: Santos (2005), Ribeiro (2010), Brasil (2002, 2007 e 2014) e artigos publicados. Essa investigação teve suas bases à realização de uma entrevista elaborada com perguntas abertas, nas quais os sujeitos entrevistados puderam externar suas concepções acerca do que seja o AEE e de como ocorre esse processo, e com base nos dados coletados, foi possível concluir que é um trabalho considerado fundamental para fortalecer e apoiar o trabalho de inclusão do aluno com surdez na sala de aula comum, o qual favorece o acesso aos conteúdos e objetivos educacionais de aprendizagem.

RACISMO ESTRUTURAL NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS: A CONSTANTE LUTA PARA APLICAÇÃO DA LEI 10639/03 QUE PERDURA ATÉ A CONTEMPORANEIDADE.

Anderson Fontenele de Souza
Daniel Gomes de Sousa

A educação brasileira, historicamente, foi moldada sob a perspectiva dos colonizadores, homens brancos europeus, subjugando à própria raça com narrativas de cunho religioso, político e econômico. Essa construção levou ao apagamento dos feitos de uma população que é maioria no Brasil e luta por direitos numa sociedade estratificada que evoca a meritocracia para manutenção de privilégios. Nessa perspectiva, já no sec. XXI, houve a necessidade de implementar medidas que assegurassem direitos à população negra, sobretudo na área da educação para o combate às desigualdades ético-raciais. Neste estudo, busca-se por meio de uma revisão de literatura discutir as ações e promoções advindas da Lei 10639/03. No sec. XX o movimento negro passou a se organizar de forma nuclear por intermédio de entidades, de organizações e de sociedades, objetivando aumentar a influência, a valorização da raça negra e, conseqüentemente, o combate à discriminação racial. Nesse viés, a Lei Federal 10639/03 subsidiou um novo norte para educação com a finalidade de fomentar a qualidade pautada na difusão de temas em diversas áreas do conhecimento e mitigar o epistemicídio do povo negro. Por conseguinte, tal advento legal não se torna apenas parte da prática docente ao abordar temas relacionados a questões étnicas, mas torna-se um dever de cada professor. Contudo, impende destacar que a promoção dos temas ligados às questões afrocentradas, ainda são tratados com demérito, visto que o currículo escolar adotado por diversas escolas brasileiras ainda não contempla os dispositivos propostos para inclusão e debate dos assuntos étnico-raciais, o que reafirma o descaso das instituições para com a questão (BRASIL, 2006). Nesse contexto, lamentavelmente, revela-se escassa a produção de materiais didáticos que abranjam discussões sociais e epistemológicas para a formação de professores da Educação Básica, apesar da existência da Lei 10639/03 e das Orientações Curriculares Para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Ademais, a estrutura escolar reflete um sistema macro da sociedade, o qual reproduz um conceito chamado “microfísica do poder e as micropráticas do poder”, o qual evidencia que as relações sociais existem como uma rede interligada. A escola também dispõe dessa rede e acaba desenvolvendo indivíduos que a compõe e alimentam o sistema em relação ao poder, implantando cenários similares fora do ambiente escolar e isso inclui o racismo estrutural. Em essência, a escola, assim como outras instituições, reproduz sua função de docilizar corpos para serem úteis à sociedade. Destarte, frente ao apagamento do povo negro e à condição de “falsa liberdade”, é preciso aplicação *in loco* dos dispositivos legais quanto ao ensino afro-centrado com o fito de ampliar a produção de materiais didáticos, bem como promover a valorização da produção negra para o acervo epistemológico em prol da educação antirracista. Tais intervenções contribuem para o enfraquecimento do racismo estrutural, ao passo que desarticulam micropráticas de poder. Depreende-se que tais ações possam alavancar efetivamente o combate às desigualdades raciais e contribuir com a formação de docentes aptos a tornar instituições escolares livres de assimetrias sociais e do preconceito racial.

DISLEXIA E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS INTERVENTIVAS SOB A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DISLÉXICOS

Ana Beatriz Franklin Verardi
Marcio Hollosi

Em 2017, a Associação Brasileira de Dislexia estimou que este Transtorno Específico de Aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizado por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração (*International Dyslexia Association*, 2002), atinge até 17% da população mundial. Ainda assim, pouco se discute nas esferas acadêmicas sobre esse transtorno, e as medidas interventivas visando a aprendizagem efetiva de indivíduos disléxicos inseridos no sistema educacional regular são mínimas ou voltadas apenas para a fase de alfabetização, desconsiderando o grande número de crianças que têm a Dislexia diagnosticada tardiamente, durante a educação básica II, e que também precisam de métodos adaptados para acompanhar o processo de desenvolvimento escolar de maneira satisfatória. Tendo em vista não apenas o pouco conhecimento por parte dos profissionais da educação a respeito desse tema, mas também a falta de propostas inclusivas direcionadas ao ensino-aprendizagem de disléxicos e o impacto direto desta falta tanto na esfera acadêmica quanto nas esferas sociais, este trabalho, através de entrevistas realizadas com crianças disléxicas matriculadas no ensino fundamental II de escolas regulares, tem o intuito de visibilizar a Dislexia e, sob a perspectiva dessas crianças e a partir de suas vivências, refletir, de maneira conjunta a elas, sobre seus entendimentos a respeito de seu transtorno, dispendo-se a fazer com que compreendam suas próprias particularidades de maneira a considerarem a Dislexia não uma falha, mas uma de suas características. Esse reconhecimento ajudaria na integração de disléxicos dentro de ambientes educacionais, tornando-os agentes de seu próprio aprendizado, além de facilitar a inclusão de procedimentos pedagógicos realmente pertinentes para aqueles que precisam passar por um processo de aprendizagem adaptado para que seja, de fato, efetivo. A importância deste projeto está na diligência em se ouvir as reivindicações das crianças que fazem parte do grupo excluído dos portadores de transtornos de aprendizagem, de fazer com a Dislexia também seja considerada em fases subsequentes à alfabetização e, principalmente, no intuito de fazer com que o sistema reconheça que há uma diferença entre pessoas disléxicas e pessoas não-disléxicas, mas que essa diferença pode ser benéfica se compreendida e trabalhada de forma adequada. Para sustentar o posicionamento de que há a necessidade de se voltar o olhar discente para a Dislexia e para as exigências feitas por docentes com esse transtorno, são utilizadas as contribuições teóricas de Lev Vygotsky e Paulo Freire sobre a importância da relação professor-aluno, das interações sociais e da inclusão na construção de conhecimento e na efetivação da aprendizagem.

O CONTEXTO E SUA RELEVÂNCIA PARA AS INTERAÇÕES ENTRE DISLÉXICOS E NÃO-DISLÉXICOS DENTRO DA SALA DE AULA

Ana Beatriz Franklin Verardi
Marcio Hollosi

O presente trabalho traz um recorte de diálogos reais entre pessoas disléxicas e pessoas não-disléxicas, pretende-se explicar a relação entre a Dislexia, um transtorno de aprendizagem que afeta o nível fonológico da linguagem dificultando atividades como a leitura e a escrita, muito utilizadas durante o processo de aprendizagem, e a Teoria das Operações Enunciativas (TOE), que considera a língua como um sistema de representação da atividade de linguagem apreendida por meio da interação entre interlocutores em contato, refletindo sobre a importância da contextualização de unidades linguísticas para a sua compreensão e, conseqüentemente, apreensão de sentidos e efetiva interação entre disléxicos e não-disléxicos em diferentes contextos, sobretudo dentro das salas de aula durante a Educação Básica. Somam-se ao aporte conceitual da TOE, reflexões oriundas de Bakhtin e Benveniste, que, em seu conjunto, abordam os temas de interação verbal, contexto e dinamicidade da língua, caros ao estudo e essenciais para a inclusão real de alunos com Dislexia enquanto inseridos em um contexto escolar.

MINHA VOZ TEM VEZ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE INCLUIR ATRAVÉS DAS ASSEMBLEIAS ESCOLARES.

Amanda Ferreira Barbosa
Diana Sampaio Braga

No novo contexto social do século XXI, o paradigma é a inclusão de todos sejam eles com deficiência ou não no novo modelo social, modelo este que exige dos indivíduos mais, autonomia, mais conhecimento, mais dinamismo e mais desenvoltura com as novas tecnologias de rede e mídia; assim a escola deve adotar em seus (currículos) novas estratégias pedagógicas para formar alunos aptos para estarem nesse atual cenário social, ou seja, formar indivíduos conscientes, independentes, que saibam respeitar e defender suas opiniões e as dos demais. E para isso ela deve trazer nestas estratégias pedagógicas mais liberdade e consciência crítica por parte dos alunos; e pensando em novas estratégias visando incluir os alunos no novo paradigma da sociedade atual, foi criado um projeto onde teve por proposta de incluir através das assembleias escolares realizadas no ano letivo de 2019 na escola Municipal de Ensino Fundamental Professor João Gadelha situada no município de João Pessoa-PB. Onde os alunos participavam ao relatarem suas opiniões, suas sugestões e respeitavam as opiniões e sugestões dos demais alunos, com duração de 30 minutos, realizados quinzenalmente durante todo ano letivo, com mediação das professoras e psicóloga escolar, onde a cada assembleia era debatido temas e soluções pertinentes aos cotidianos dos alunos do 5.º ano. Assim este relato de experiência descreve o projeto intitulado de “Minha voz tem vez”, fez com que não só promoveu a inclusão dos alunos nas tomadas de decisões das ações pensadas para a turma do 5.º ano, como também a criação da autonomia, reflexão e respeito a opinião dos alunos participantes das assembleias escolares. Onde este projeto teve como objetivo geral a questão de investigar a eficácia das assembleias escolares no processo de inclusão e autonomia dos alunos na sala de aula regular? E seus objetivos específicos se pautaram em: observar o grau de participação dos alunos durante as assembleias escolares. Avaliar a aquisição de autonomia e posição crítica dos alunos durante as assembleias escolares. Identificar os avanços e melhorias através no âmbito escolar através das decisões tomadas nas assembleias. Com a metodologia do projeto se baseou no estudo da metodologia ativa do aprendizado por problemas (metodologia) esta que baseia na construção do aprendizado a partir de desafios gerados pela resolução de problemas partindo da criatividade e reflexão do próprio aluno. O embasamento teórico do projeto se deu partir dos conceitos de metodologias ativas, pedagogia do projeto e inclusão, fundamento no referencial dos seguintes autores: Freire, Morán, Zabala dentre outros. Dessa forma se concluiu que a escola pode incluir os alunos com deficiência ou não nas tomadas de decisões curriculares e cotidiana a própria escola, que as tomadas de decisões realizadas no coletivo são eficazes, como também através das assembleias escolares é possível criar e formar novos indivíduos críticos, reflexivos, que respeita as opiniões dos demais; e por fim concluímos através deste projeto que é possível a escolar ofertar e garantir a inclusão dos alunos, desde que a escola crie um ambiente acolhedor e criador de práticas reflexivas.

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ENGAJAMENTO RURAL NA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa

O objetivo deste estudo é apresentar uma abordagem ampla, porém, direcionada aos estudos sobre letramento e multiletramentos no Brasil. Especificamente, pesquisas que tratam das relações entre leitura, produção de texto, multimodalidade, mídia e educação. Além disso, apresentou-se também comentários sobre os resultados de pesquisas recentes sobre competências de letramento da população brasileira, como o Indicador Nacional de Alfabetização Funcional e o Exame Nacional do Ensino Médio. Para que os objetivos deste estudo fossem alcançados foi realizado um estudo de revisão bibliográfica. Foram explorados diversos estudos relacionados ao tema proposto. Assim, foram selecionados os estudos mais relevantes ao tema para serem usados como referência. Concluiu-se que aqueles que atuam na educação brasileira e nas práticas de letramento ainda têm um longo caminho a percorrer até conseguirem práticas bem sucedidas para melhorar e fomentar amplamente o letramento.

O GÊNERO DISCURSIVO ARTIGO DE OPINIÃO: PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS.

Márcia Adriana Dias Kramer
Pamela Tais Clein Capelin

Apresenta-se, nesta proposta, um relato de experiência na Educação Básica, a partir de ações didático-pedagógicas realizadas no 2º Ano do Ensino Médio de um colégio estadual, implementadas por acadêmicos do Curso de Letras – Português e Espanhol – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Realeza, Paraná, Brasil. A pergunta investigativa questiona em que medida abordagens de ensino e de aprendizagem por meio da utilização de gêneros discursivos multimodais tomam-se relevantes na formação inicial e continuada de professores, bem como na reflexão crítica sobre o fazer docente no âmbito dos estudos da linguagem. Com efeito, o objetivo é analisar as proposições desenvolvidas pelo Núcleo de Língua Portuguesa do PIBID/UFFS/Realeza, em um Plano de Atividades, que focaliza, para a discussão, as etapas finais do processo, nas quais são produzidos e socializados, em plataformas digitais colaborativas, textos-enunciados de gêneros discursivos diversos, com ênfase no artigo de opinião. A investigação está ancorada teoricamente nos estudos dialógicos e dialéticos da linguagem (BAKHTIN, 2016 [1979]; VOLÓCHINOV, 2018 [1929]; GASPARIN, 2007; SAVIANI, 2008) e nos multiletramentos (ROJO, 2013; 2017). Justifica-se o estudo uma vez que é pertinente refletir em que medida abordagens multimodais de produção e de socialização de textos-enunciados diversos contribui à apropriação dos multiletramentos no espaço escolar. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como teórico-prática, com abordagem qualitativa e fins explicativos. O método de análise e de interpretação dos dados é dialético, com procedimentos técnicos de caráter histórico e comparativo. Como resultados, destaca-se que as metodologias ativas, inseridas em plataformas digitais colaborativas, possibilitam potencializar o desenvolvimento dos multiletramentos para as práticas sociais em diferentes esferas da comunicação humana.

A UTILIZAÇÃO DO APARELHO CELULAR COMO FERRAMENTA DE ENSINO – PRODUÇÃO DE TEXTOS “TREMA”

Elisa Aparecida Dias
Angélica Cristina Rivelini

Este artigo, tem como objetivo descrever uma sequência didática, com a utilização da temática Rios do Brasil, de forma a incentivar os alunos quanto a escrita de textos críticos, bem como a utilização de tecnologias em sala de aula como o aparelho celular. Fazer uso desta abordagem em sala de aula é ressignificar a utilização do mesmo como ferramenta didática. Esta sequência didática tem como objetivo apresentar-se como uma proposta de ensino com a finalidade de introduzir nas aulas a utilização da página de escrita e divulgação de contos e textos “Trema”, a proposta viabiliza a utilização do aparelho celular na execução das atividades. Esta metodologia pode ser utilizada desde o ensino fundamental, quanto no ensino médio. Basta que o aluno tenha uma noção da escrita, e as demais técnicas poderão ser trabalhadas ao longo da atividade. A metodologia utilizada é qualitativa, com abordagens de natureza básica. As atividades a serem realizadas são apresentadas no viés da metodologia ativa. A utilização do aparelho celular como ferramenta didática, pode promover uma aula atrativa, prática e dinâmica, promovendo experiências práticas. A produção de textos críticos, contribui no desenvolvimento cognitivo, quando através da observação de um problema se discorre um ponto de vista. Favorecendo a participação dos alunos, contribuindo na escrita formal e desenvolvendo novas habilidades.

REPENSANDO A ESCOLA NO PÓS PANDEMIA: UM DEBATE SOBRE POSSIBILIDADES DIDÁTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO NORMAL

Regina Albuquerque

Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional mediante ao surto de Covid-19. No Brasil, a partir de março de 2020, foram adotadas medidas de distanciamento social em distintas unidades da federação visando a contenção do espalhamento da doença. Na educação, após um período inicial de reorganização das redes, foi adotada a oferta educacional através de atividades pedagógicas não presenciais. Ainda que essa medida visasse a garantia do acesso à oferta educacional, uma série de obstáculos dificultaram – quando não impossibilitaram- o usufruto do direito à educação. Com o avanço da vacinação o ano letivo de 2022 caracterizou-se como o primeiro, após a pandemia, integralmente com oferta de atividades pedagógicas presenciais. O retorno ao ensino presencial evidenciou não apenas lacunas em relação ao currículo apropriado pelos alunos, mas, também, a própria modificação do *habitus* (BOURDIEU, 1987) escolar. O artigo tem por objetivo debater práticas intraescolares adotadas em três classes de Ensino Médio, do curso de formação de professores, da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, durante o ano letivo de 2022. Trata-se de pesquisa qualitativa, com metodologia no/do/com o cotidiano. Os resultados apontam que as propostas didáticas que alternaram produções textuais, planos de trabalhos e construção de propostas de atividades em sala de aula pareceram despertar, de maneira mais manifesta, o engajamento dos discentes nas aulas. A criação de vínculos afetivos na relação professor-aluno também se caracterizou como importante ferramenta de mediação.

AS LÍNGUAS DE SINAIS INDÍGENAS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO

Wagner Correa Cardoso

As línguas de sinais indígenas integram a diversidade linguística e cultural do Brasil, enfrentando desafios experimentados quanto à sua preservação e promoção. Apesar de o país ter adotado uma política de inclusão para os povos indígenas e a educação escolar indígena, a questão das línguas de sinais indígenas ainda não recebeu a mesma atenção. Conforme estudos recentes, existem pelo menos 34 línguas de sinais indígenas distintos no Brasil, cada uma com sua própria gramática, estrutura e traços. Entretanto, essas línguas são frequentemente ignoradas ou negligenciadas em políticas públicas e na mídia, o que coloca em risco sua preservação e transmissão às futuras gerações. Algumas iniciativas estão sendo tomadas nesse sentido. Por exemplo, em 2010, o Ministério da Educação lançou a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, que inclui o ensino das línguas de sinais indígenas nas escolas indígenas. Assim, é necessário um esforço maior para superar essas línguas e fazer com que elas sobrevivam ao etnocídio. Este artigo tem como objetivo discutir os desafios e perspectivas às línguas de sinais indígenas brasileiras, destacando a importância da valorização dessas línguas como patrimônio cultural e linguístico dos povos indígenas, bem como na problemática do etnocídio. Também como abordar a valorização das línguas de sinais indígenas pode contribuir para a prevenção dessa forma de violência cultural. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema, abrangendo estudos linguísticos, antropológicos e educacionais, bem como uma análise crítica das políticas linguísticas do governo brasileiro. Os resultados da pesquisa identificaram alguns dos principais desafios enfrentados pelas línguas de sinais indígenas no país, tais como o desconhecimento e a desvalorização por parte da sociedade em geral, a falta de reconhecimento dessas línguas como patrimônio cultural do país, a escassez de recursos para a pesquisa e documentação dessas línguas, a ausência de políticas públicas cuidadas para sua preservação e promoção e a falta de profissionais qualificados para trabalhar com essas línguas. Conclui-se que a valorização das línguas de sinais indígenas representa um passo importante para a preservação e promoção da riqueza cultural e linguística do Brasil.

OFICINA DE MÚSICA E MEIO AMBIENTE COM INSTRUMENTOS SUSTENTÁVEIS E RECURSOS TECNOLÓGICOS NO SESC DE MARABÁ EM PARCERIA COM CRAS DO BAIRRO AMAPÁ, NO ESTADO DO PARÁ, BRASIL

Ronny Ramos da Silva

Trabalhamos a necessidade de educar sobre o meio ambiente ensinando música com instrumentos e recursos tecnológicos sustentáveis no Sesc de Marabá em parceria com Cras do bairro Amapá, no estado do Pará, Brasil em equipe de forma colaborativa/cooperativa processual ecologicamente guiada por artesanatos musicais como a Flauta de Bambu e o Agogô de Ouriço na modalidade de ensino híbrido vinculado a softwares, web 2.0 e conteúdos. O conectivismo/cognitívismo diz respeito ao processo interativo onde o Sesc de Marabá em parceria com Cras do bairro Amapá trabalharam de maneira conjunta para alcançar objetivos compartilhados que foram alinhados coletivamente visando focar em nosso objetivo geral que reintegra, elabora uma oficina de música e meio ambiente com instrumentos e recursos tecnológicos sustentáveis no Sesc de Marabá em parceria com Cras do bairro Amapá, no estado do Pará, Brasil. As principais abordagens teóricas que suportam nossa problemática se baseiam na pesquisa para elaboração de uma oficina cujo os autores Costa; Duarte; Grofoski; Heerdt; Procidonio; Soldannos apresentam tendências semelhantes a nossa no texto “a música como meio para expressar as noções de meio ambiente”, assim como, Borges; Richit relatam importantes contribuições atuais referentes as tecnologias digitais e as transformações que estão modificando as relações de professores de música com seus alunos, o tanto quanto as categorias relevantes e coerentes no artigo científico “a música como mediadora de encontros em um Cras” de Arndt; Maheirie. Utilizamos metodologias ativas com instrumentos e recursos tecnológicos sustentáveis no enfoque qualitativo, tipo de estudo por projeto de pesquisa - ação - participação (P-A-P). Condizentes à cronologia do sistema de ensino do Programa Cultural Sesc e do Centro de Referência de Assistência Social - Cras, nos preocupamos em garantir uma formação básica pelo ensino híbrido dos alunos que perpassaram por disciplinas essenciais da história, geografia e biologia associadas ao aprendizado por transmissão, descoberta, conceitual e por pesquisa nesta oficina de música e meio ambiente. O período total que este trabalho construtivista abrangeu foi de quatro meses, com dez alunos indicados pelo Cras e matriculados no Sesc. Educamos atentos ao estudo das metodologias ativas com microsoft teams e google meet, coleta de dados com anchor da categoria entrevista bambuzal, investigação em geolocalização de bambuzal com google maps e coleta de dados com whatsapp da categoria oficina. Os principais resultados obtidos foram avaliação formativa com google classroom, gravação em vídeo no instagram e descrição das ferramentas para análise de dados. Assim, concluímos com brilhantismo e sucesso os objetivos de identificar, caracterizar e desenvolver a oficina pretendida.

EXPERIÊNCIA DOCENTE NA FORMAÇÃO INICIAL EM QUÍMICA: SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS EM FOCO

Náthaly Borges Silva
Fernanda Monteiro Rigue

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de uma implementação de aula, referente a uma sequência didática produzida na disciplina de Metodologia para o Ensino de Química (MEQ), no curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A implementação foi proposta como atividade avaliativa da referida disciplina, onde os/as discentes produziram uma sequência didática e, a partir da sequência, escolheria uma das aulas para ser ministrada ao final da disciplina. A escolha do tema/conhecimento químico principal da sequência didática foi livre. Considerando tal possibilidade, a temática que eu escolhi foi substâncias químicas, sendo que minha sequência didática foi composta por três aulas de 50 minutos cada. A aula escolhida para implementar em sala foi a aula 3 da sequência, que visava classificar e diferenciar os métodos de separação das misturas heterogêneas e homogêneas, utilizando substâncias do cotidiano. Na aula, inicialmente, houve uma retomada dos conhecimentos de misturas desenvolvidos anteriormente. Em seguida, foi realizado um experimento de simulação de tratamento de água a partir de materiais de fácil acesso e baixo custo. Após, foi apresentado e explicado sobre os métodos de separação de misturas homogêneas e heterogêneas, por meio de uma apresentação de *slides* com imagens representativas, para que os/as estudantes pudessem visualizar o método. Durante a explicação, busquei formas de explicar, das quais fosse possível fazer uma aproximação com o cotidiano. A implementação foi o primeiro contato com o desenvolvimento de uma aula na minha formação inicial. A experiência foi extremamente complexa e desafiadora. Com ela, compreendi que implementar uma aula é uma caixinha de surpresas, já que cada encontro e explicação com os/as estudantes é um momento único. Estar em frente a todas/os e sentir-se responsável pelo que é ensinado e, como é ensinado, causa um misto de sensações inexplicáveis. No momento da minha aula, o frio na barriga e o medo tomaram conta, me senti insegura e com receio de não conseguir alcançar o objetivo com maestria (implementar a aula no tempo previsto; exprimir alguma expressão incorreta; entre outros). Contudo, quando comecei a dar a aula, fui me sentindo aliviada e confiante a ponto de acabar esquecendo o medo e o tempo. Ao longo da aula percebi que 50 minutos é muito pouco para desenvolver um conceito químico, pois o tempo passa muito rápido e é necessário fazer uma série de relações para sua fácil compreensão. Ao final da implementação, foi possível escutar um feedback positivo e reflexivo da docente responsável pela disciplina e dos/as colegas que assistiram a aula. Portanto, é possível considerar que essa experiência foi de extrema importância para a minha formação enquanto futura docente em Química, indo ao encontro de ampliar minhas leituras de mundo quanto à docência e a aprendizagem.

A CRIAÇÃO DO PORTFÓLIO NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE QUÍMICA

Náthaly Borges Silva
Fernanda Monteiro Rigue

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar detalhadamente o processo de construção de um portfólio discente (RIGUE; DALMASO; RAMOS, 2021). Este foi solicitado como instrumento avaliativo nas disciplinas de Metodologia para o Ensino de Química e Natureza e História do conhecimento científico, no curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O trabalho foi proposto como instrumento avaliativo, permitindo aos estudantes produzir uma reflexão implicada e contextualizada entre os diálogos formativos e as vivências individuais e externas ao ambiente acadêmico. O portfólio foi desenvolvido durante todo um semestre, e por meio dele foi possível elaborar escritas livres e criativas sobre os aprendizados desenvolvidos durante as aulas e de vivências no cotidiano. De início sua elaboração foi uma experiência difícil, pois nunca havia tido a experiência de produzir escritas livres e marcadas pela subjetividade. Contudo, ao longo do semestre e das orientações individuais e coletivas, foi possível desenvolver uma boa escrita e um portfólio multifacetado e interessante. Ao longo do caminho de criação compreendi que o portfólio é um artefato cultural onde nos expressamos, cocriamos, registrando aprendizagens, dúvidas, tensionamentos, entre outros aspectos que nos tragam para perto de uma reflexão ativa sobre as situações experienciadas ao longo das disciplinas e atividades do período formativo. O portfólio é um material onde é possível acionar a criatividade, com imagens, desenhos, fluxogramas, entre outros. Nesse caso, foi utilizado algumas fotos de experiências vividas, relatos pessoais, e resumos de situações implementadas durante o período, buscando sempre fazer uma reflexão de como foi a experiência vivida e a série de afecções que dela decorrem. Em ambos os componentes curriculares todos os/as colegas produziram seus portfólios a mão livre, alguns com colagens, outros com mais escritas, alguns com desenhos que representavam a aula ou a experiência vivenciada. O fato de o portfólio demandar uma criação manual, fez, a meu ver, que cada um/a dos/as discentes se sentisse à vontade para poder desenvolver o trabalho, sem a presença de uma cobrança e pressão que normalmente é sentida, por exemplo, em provas e testes - como de costume em uma universidade. A experiência da criação do portfólio foi extremamente importante e significativa na minha caminhada acadêmica, pois, por meio dele, consegui estar sempre colocando minhas ideias, aprendizagens e reflexões em dia e de uma forma que eu me sentisse à vontade para me expressar e me autodesenvolver. Muitas das vezes que fui relatar sobre uma experiência vivida, consegui analisar e avaliar o que poderia ter sido diferente, possibilitando uma autoavaliação potente, proporcionando uma qualidade de atenção para o próprio movimento formativo em Licenciatura em Química.

O PAPEL DA PSICOLINGUÍSTICA NA ELABORAÇÃO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TEXTOS EM PORTUGUÊS PRODUZIDOS POR ALUNOS SURDOS

Klycia Talita de Jesus Lobato

A Psicolinguística é uma das subáreas da Linguística, que é responsável por estudos sobre a correlação entre a linguagem e a cognição humana, nesse sentido, ela investiga como é a aquisição, o processamento e a produção da língua. Em vista disso, o presente trabalho visa analisar as contribuições da Psicolinguística às práticas pedagógicas de professores, pois é perceptível, no cenário educacional hodierno, modos de avaliar textos em português de alunos Surdos que não consideram o processamento linguístico desse público da Educação Especial. Nessa perspectiva, os critérios de avaliação de tais escritos pautam-se em: (a) ensinar a ortografia da língua dominante do Brasil aos estudantes com Surdez; (b) fazer a análise linguística dos textos seguindo a estrutura gramatical da L1 (língua materna) do docente ouvinte. Tais Fatores ocasionam a exclusão dos estudantes supracitados no ambiente escolar e, por isso, há necessidade de reverter o quadro em questão. À luz dos mencionados, cabe ressaltar que a L1 do Surdo é a língua de modalidade gestual-visual, que possui singularidades próprias que se diferem do Português, com ênfase à sua estruturação. Outrossim, os Surdos brasileiros adquirem o Português escrito como L2 (segunda língua) devido a uma carência de professores fluentes em LIBRAS e intérpretes nas escolas. Dito isso, a pesquisa, de abordagem qualitativa, analisou 15 redações de alunos Surdos que estão nas séries iniciais do Nível Fundamental I do Ensino Regular. Para fundamentação, partir-se dos pressupostos de Alves (2011), Quadros e Karnopp (2004) e nos princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, 2015). Os primeiros discutem a respeito dos aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos, da língua de sinais e, igualmente, discorrem sobre o que é preciso observar nas produções dos discentes Surdos quando eles aprendem o Português como segunda língua. Na última referência teórica, nortear-se nesse documento oficial sobre a educação dos Surdos. A partir desse estudo, espera-se modificar os olhares de docentes da Educação Básica quanto a forma de examinar os textos construídos por alunos Surdos que são alvos da Educação Especial.

RELATO SOBRE A RELEVÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UM AMBIENTE ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS

Klycia Talita de Jesus Lobato

O relato de experiência objetiva apresentar perspectivas sobre o ensino dos aspectos do Português no Estágio Supervisionado Orientado (ESO) I em duas turmas da EEEFM Prof.^a Dilma de Souza Cattete – uma unidade Estadual de Ensino em Belém – PA –, sendo uma da EJA (Educação de Jovens, Adultos e Idosos) e outra do 9^a ano da Educação Regular. Nesse ínterim, as atividades desenvolvidas durante o período de 100h possibilitou notar que dependendo do público, haverá uma alteridade na dinâmica entre professor(a) e aluno. Ademais, percebeu-se que fatores interligados à estrutura educacional, a comunidade escolar e a prática pedagógica docente, influenciam no ensino-aprendizado dos estudantes do Nível Fundamental II. Para a coleta de dados, pautou-se numa pesquisa qualitativa que buscou analisar as crenças sobre a língua portuguesa e o processo de ensino dos seus eixos de estudo. Além disso, o trabalho amparou-se nas concepções de Antunes (2003), Geraldi (1984), Marcuschi (2008) e Dolz & Schneuwly (2004) para fazer reflexões sobre as atividades desenvolvidas em sala de aula. Como resultado, decorreu-se que o ESO I foi o ponto de partida para a formação acadêmica do licenciando (a) em Letras e inserção na dinâmica da escola estadual do Pará. Logo, no estágio em Letras se construiu uma relação colaborativa entre a estagiária e as professoras X e Y, da mesma forma, houve a transposição do conhecimento teórico para o prático nas regências, momentos que ocorreram a compreensão referente; as estratégias para ensinar, aos métodos de aprendizagem, a importância de uma postura ética, as atividades exitosas em sala de aula, entre outros pontos. Após tudo que mencionou-se, é importante citar que nesses três meses de ESO I não se utilizou o livro didático, porque as mediações em sala forneceram aos educandos um instrumento para compreender, analisar e relacionar os conteúdos de língua portuguesa à realidade destes e até mesmo com outras áreas do conhecimento. Sendo assim, perante à realidade educacional, amplificar a perspectiva do aluno sobre a linguagem e língua é fundamental, porque desse modo, ele se torna multiletrado e consegue desenvolver plenamente as habilidades de escrita, leitura, gramática e análise linguística, as quais são cruciais para o aluno construir textos em excelência, fato que é meta indispensável à hora que o educando tiver que entrar no mercado de trabalho ou até mesmo fazer o vestibular.

A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CAXIAS-MA: SIGNIFICAÇÕES DE PROFESSORES

Keila Alves dos Santos
Marcia Raika e Silva Lima

O estudo em tela apresenta resultados das narrativas docentes acerca da inclusão escolar de alunos com surdez de escolas públicas de Caxias-MA. Surge de recorte da pesquisa de iniciação científica das autoras no desenvolvimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, financiada pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, nos anos de 2021 e 2022. Para a materialização da escrita desse estudo, tivemos como questão de pesquisa: Quais as significações de professores do município de Caxias-MA acerca do processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, diante da perspectiva inclusiva? Tivemos como objetivo geral: analisar as significações de professores sobre o processo de escolarização de alunos com surdez, diante da perspectiva da educação inclusiva. E como objetivos específicos: identificar como os professores significam a inclusão escolar de alunos surdos em escolas de ensino regular; compreender como os professores desenvolvem práticas pedagógicas para o ensino-aprendizagem de alunos surdos. A base metodológica utilizada na pesquisa é de cunho qualitativo (MARCONI; LAKATOS, 2006), e os instrumentos e técnicas utilizados foram questionários. O *lôcus* da pesquisa foram três escolas de ensino regular da cidade de Caxias-MA, na qual identificamos quatro professoras que trabalham nessas escolas e que tinham alunos surdos frequentando. Como aportes teóricos da pesquisa, nos embasamos em Dorziat (2004) que teoriza a inclusão de surdos, Mantoan (2003) e Silva (2011) que analisa sobre a inclusão escolar desses alunos. A partir das teorias estudadas consolidamos que apesar da educação de surdos na perspectiva da educação inclusiva apresentar-se com avanços, a falta de investimentos públicos educacionais que viabilizem o cumprimento de leis relacionadas às demandas educacionais desse grupo especial de educandos, sobretudo no que se refere à acessibilidade ao currículo formal, é agravante e inviabiliza que se contemple e respeite sua cultura e suas variações linguísticas (DOZIART, 2004). Como resultado da pesquisa analisamos, com base nas narrativas docentes, que a formação docente se torna essencial e imperativa diante do atual cenário educacional de inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial-PAEE, sobretudo de alunos surdos, de modo a viabilizar o processo de escolarização desses alunos para que ocorra de forma satisfatória nas instituições de ensino regular do município de Caxias-MA. Neste ínterim, considera-se ainda que, há diferentes questões a serem minimizadas para a constituição de uma educação inclusiva estruturada dentro dos sistemas de ensino, a exemplo podemos reforçar a carência de profissionais qualificados para trabalhar com alunos surdos, materiais adaptados para o ensino-aprendizagem desses alunos, investimentos em formação do alunos surdos quanto à leitura e escrita em libras e português e português e libras.

MENTORIA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BUSCANDO NAS PESQUISAS PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA

Jéssica Mais Antunes
Rosemari Lorenz Martins

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas é um desafio que acompanha o dia a dia do professor dentro das salas de aulas, pois muitos docentes se sentem despreparados e incompetentes para a construção do processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, como apontam alguns estudos com os de Mittler (2000), Lima (2002), Romero (2008) e Toledo e Martins (2009). Contudo quando estes profissionais recebem apoio de um mentor, algumas dificuldades tendem a ser sanadas. Desta forma, trabalho objetiva apresentar os resultados de uma revisão integrativa da literatura sobre mentoria na perspectiva inclusiva voltada para a Educação Infantil no Brasil, entre os anos 2018 a 2022. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca através de uma revisão integrativa da literatura, apresentar o levantamento de produções científicas produzidas no Brasil sobre a temática. Para isso, foram realizadas buscas nas bases de dados da Capes, da SciELO, do RIDI, do Redalyc e no Google Acadêmico, com os descritores: "mentoria" AND "educação infantil" AND "práticas pedagógicas" AND "inclusão". Durante a revisão descobriu-se que os estudos encontrados demonstram a fragilidade das políticas públicas voltadas para a formação do professor, que a inclusão é uma das necessidades formativas apontadas pelos professores e que o apoio de um mentor, professor experiente fez toda a diferença na reflexão, reconstrução e transformações das práticas pedagógicas.

A PRÁTICA DO ENRIQUECIMENTO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE CURRICULAR ELETIVA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL.

Helciyane do Firmamento Silva Soares
Marcia Raika e Silva Lima

O estudo em tela consiste de recorte do trabalho dissertativo realizado no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede - PROFEI. A pesquisa tem como objetivo geral, investigar a prática do Enriquecimento Escolar como estratégia pedagógica para criação de uma disciplina eletiva para escolas de Ensino Médio de tempo integral no estado do Piauí. E, como objetivos específicos: Explanar aos docentes do ensino médio de tempo integral as teorias do Modelo de Enriquecimento para elaboração de uma eletiva que valorize as potencialidades em alunos, em suas áreas de interesse; aplicar as práticas de Enriquecimento Escolar na unidade curricular das eletivas, implementando o protagonismo estudantil a partir da escolha que motive seus próprios interesses. Quanto à metodologia, consiste de uma pesquisa qualitativa, pois como sinaliza Creswell (2014), busca-se interpretar as experiências durante a pesquisa, compreendendo o sentido do fenômeno social através da vivência diária no campo escolhido de pesquisa. Optou-se pela pesquisa do tipo pesquisa-ação, por se entender que “a participação ativa do pesquisador na resolução dos problemas encontrados, bem como, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em virtude desses problemas” (THIOLLENT, 2005 apud REIS, 2018, p.25). A pesquisa será desenvolvida em quatro etapas: na primeira escolheu-se a escola que será executada a pesquisa. Na sequência, apresentá-lo-á o projeto de implantação da eletiva de enriquecimento, para a gestão e professores (guardiães do acesso) relatando “a duração, o impacto potencial e os resultados da pesquisa” (CRESWELL, 2014, p. 79). Em seguida, dará início a prática da eletiva durante um semestre, com as aulas previamente planejadas e passíveis de alterações durante a pesquisa. Finalizá-lo-á com a última etapa de elaboração do produto educacional, que consistirá na construção da Eletiva de Enriquecimento. Executando essas etapas, entende-se ter proposições da construção de uma nova eletiva que somará às existentes, mas com um diferencial, pois nesta os professores motivarão e orientarão os alunos a exercerem seu protagonismo, desde a escolha do que quer pesquisar, até o produto que quer desenvolver, considerando suas capacidades e interesses, objetivo do modelo de enriquecimento (REZZULLI, 2014). Ressalta-se que no delineamento desta pesquisa, o conhecimento das teorias que embasam o estudo se tomam essencial, pois teoria e prática são indissociáveis para uma prática pedagógica eficaz, motivador e com intencionalidade (SAVIANI, 2010). Assim entende-se que as discussões em torno do ensino médio de tempo integral são necessárias visto que desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), se estabeleceu em seu artigo 26, a necessidade de um currículo composto por uma base comum, complementada por uma base diversificada. Neste cenário, identifica-se a relevância das disciplinas eletivas (base diversificada) que surgem, como “intencionalidade pedagógica no sentido de desafiar os estudantes a ampliar, aprofundar e aplicar suas aprendizagens, por meio do desenvolvimento de suas competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores” (PIAUI, 2022, p. 3).

OI, EU SOU A DORINHA: EVIDÊNCIAS DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA QUE A INCLUSÃO SEJA EFETIVA DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Greice Kelly Marinho
Viviane Cristina de Mattos Battistello

O ambiente mais adequado para se garantir o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo, de alunos com ou sem deficiência, é a escola regular (MANTOAN, 2003). Logo, o presente estudo elucida a relevância da formação docente para a promoção de práticas inclusivas, desde a educação infantil. Nesse sentido, objetiva apresentar um relato de experiência com uma turma de 16 crianças com idades entre 2 e 3 anos, que receberam uma colega com deficiência visual e diante disto foram oportunizadas a se colocar no lugar do outro para compreender as suas necessidades. Para isso, realizou-se um estudo de caso em um Centro de Educação Infantil, de um município catarinense, optando-se por uma pesquisa qualitativa a partir de observações e entrevistas semiestruturadas com a professora e a auxiliar da sala. Ao saber que receberia uma aluna com deficiência visual, a professora buscou a melhor forma de acolher a nova integrante. De acordo com a entrevista, a professora destacou que foi um desafio também para ela, visto que não se sentia preparada enquanto profissional. Em razão disso, ela buscou cursos livres na Plataforma do MEC, e a partir do aprendizado obtido aplicou seu planejamento, a fim de preparar a turma e adequar o ambiente à recebê-la. Seu plano se deu a partir de um livro do autor Maurício de Sousa, chamado “Oi, eu sou a Dorinha”, que retrata uma personagem cega evidenciando a utilização dos outros sentidos para interagir com seus amigos. No entanto, para que a inclusão se efetive de fato, não basta apenas aceitar crianças deficientes nas escolas, é necessária uma reestruturação física e curricular, bem como a formação profissional do professor, sendo “uma das principais barreiras para a efetiva inserção dos alunos deficientes no sistema regular de ensino, o despreparo dos professores para receber essa clientela” (SAMPAIO, 2009. p. 45). A educação inclusiva favorece o desenvolvimento da consciência de que todos são sujeitos de direitos e deveres, a convivência entre crianças com e sem deficiência permitirá a troca de saberes, onde auxiliando os que não sabem ou não conseguem realizar determinada atividade estarão aprendendo seus limites e os do outro, e “a partir da experiência podem dar-lhes algo que a busca da perfeição impede: o entendimento da vida e a possibilidade de vivê-la” (CROCHÍK, 2002, p. 295). Conclui-se, portanto, que ainda existem muitos desafios quando se trata da educação inclusiva, principalmente no que diz respeito à formação dos profissionais envolvidos, para que a inclusão aconteça de fato, é fundamental capacitar, oferecer recursos e apoio técnico quando houver necessidade.

BULLYING: UMA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA EM UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO.

Francisca Mádila de Sousa Barbosa
Maria Luisa Furlin Bampi

O presente trabalho apresenta um caso de bullying e serve como disparador para o estudo deste fenômeno que acontece nos ambientes escolares e presente em minha vida. O objetivo da pesquisa é relatar o surgimento do bullying: a sua origem, o pioneiro nos estudos, os seus diferentes tipos e formas, para preveni-lo e combatê-lo. A proposta metodológica é das narrativas (auto)biográficas em que utilizo relatos sobre a minha história de vida pessoal em que eu narro as memórias de práticas de discriminação e de sofrimento psíquico vivido durante o ensino fundamental. Inspirada em autores como Nóvoa (1992) e o uso das narrativas de histórias de vida de professores como uma proposta de reflexão e formação docente; Bragança (2009) que defende as histórias de vida como pesquisa formação e como prática social, movimento este em que o professor ao narrar suas experiências de vida está pesquisando e se formando ao mesmo tempo; Clandinin e Connelly (2015) que falam sobre a escrita (auto)biográfica contendo podendo abranger o contexto de uma vida, bem como, a concentração global de experiências vividas. Por último, menciono que narrar a minha história de vida, na perspectiva de uma pesquisa (auto)biográfica foi um modo de escrever a respeito de todo o contexto da minha vida e da minha família que me permitiu diálogo e reflexões entre a Universidade e a Educação Básica impulsionando a minha iniciação à docência e de futura Pedagoga.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUALIZAÇÃO DOCENTE EM FERRAMENTAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Andréa Jansen da Silva
Cristina Angélica Aquino de C. Mascaró
Jussara Cassiano Nascimento

A Educação Especial no Brasil vem se fundamentando nos últimos 30 anos por meio de legislações específicas e convenções mundiais sobre o tema. Somente em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, que garante direito da pessoa com deficiência, no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2015). Além da garantia por lei do acesso à educação, é importante frisar a responsabilidade da Instituição, docentes, equipe da área de educação especial e pedagógica, e toda a comunidade escolar. A escola deve proporcionar um currículo aberto e flexível que incentive as práticas pedagógicas diversificadas, pois o currículo envolve a identidade da escola. Além de propiciar o desenvolvimento pleno do aluno, através das aprendizagens e experiências maravilhosas que aprendemos conforme apresentadas no Curso de Formação Continuada de Educação Inclusiva, abarcou as Escolas Assistências da Força Aérea Brasileira. Especificamente, no Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB), que vem avançando em sua implementação e adequação nas questões de educação inclusiva, atende alunos no Ensino Fundamental (I e II) e Médio, do público alvo de Educação Especial (PAEE), como Transtorno de Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outras. Observamos um elevado percentual de alunos do TEA no CBNB, desta forma, o objetivo deste trabalho foi de verificar a importância da formação continuada para atualização docente em ferramentas inclusivas para alunos com TEA na Educação Básica. A Formação Continuada ocorreu de forma facultativa para os docentes, durante 4 meses com encontros síncronos (on-line), na Plataforma Institucional - Microsoft Teams, além de atividades assíncronas. Ocorreram leitura de textos, palestras, vídeos, reflexões, discussões e troca de saberes com especialistas na área. O TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento, caracteriza-se por manifestações comportamentais e desenvolvimento atípico, déficits na comunicação e na interação social, padrões de condutas repetitivos e estereotipados, peculiares e reconhecidos pelo estado da permanência, independente do grau de incidência (APA, 2014). Mesmo sendo um transtorno, o autismo para efeito de Lei 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA no âmbito legislativo é considerado uma deficiência e possui todos os seus direitos (BRASIL, 2012). A escola deve excluir as barreiras arquitetônicas, de comunicação, atitudinais, tecnológicas e de comunicação, entre outras (BRASIL, 2015). Além disso, o docente deve utilizar estratégias de flexibilizar o currículo com adaptações, mesmo exigindo um maior trabalho de planejamento e execução do ensino. Para Sousa, Leal e Batista (2022), o Desenho Universal de Aprendizagem para alunos com TEA agrega como facilitador ao processo de interação social e de comunicação, além do desenvolvimento gradativo do aluno, através de atividades e ações em conjunto, que favorecem o conhecimento de todos, PAEE ou não. Mascaró (2021) menciona que o trabalho pedagógico com PAEE pode ser melhor desenvolvido através da utilização do Plano de Ensino Individualizado.

